



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

**SERGIO LOURENÇO**

**SAÚDE DO TRABALHADOR URBANO  
NA CONTEMPORANEIDADE**

RIO DE JANEIRO

2014

**SERGIO LOURENÇO**

**SAÚDE DO TRABALHADOR URBANO  
NA CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. **Marcos Botelho**

RIO DE JANEIRO

2014

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos professores e professoras, Leile Teixeira, Marcos Botelho, Charles Toniolo, Luana Siqueira, Leila Escorsim, Erimaldo Nicacio, Carlos Montaña, José Augusto Bisneto, Elídio Alexandre, Andréa Teixeira, Marlise Vinagre, Ana Izabel, Cacilda Machado, Cleusa Santos, Fatima Valéria, Lenise Lima, Marildo Menegat, Eduardo Mourão, Gláucia Alves, Henrique Wellen, Ricardo Rezende, Rosana Morgado, Andréa Moraes, Gabriela Maria, Patricia Silveira, Paula Poncioni, Marilene Aparecida, Leilah Landin, Janaína Schimidt, Verônica Cruz, Rosemere Maia, Miriam Guidani, Ludmila Cavalcanti e Josefina de Moraes. E também ao funcionário da editora UFRJ, Fábio Carreira.

Em especial aos professores Marcelo Braz, José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho, pois foi com as ideias deles que pude mudar minha vida para melhor.

Todos foram importantes para a minha formação. E posso dizer que este trabalho tem um “pouquinho” de cada um deles e delas. Por isso, faço esse registro.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço à professora Mariléa Porfírio e ao professor Vantuil Pereira, diretores do NEPP-DH/SSA – Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida, onde trabalho, que permitiram o cumprimento do estágio obrigatório de dois anos do curso de Serviço Social da UFRJ.

Sem o apoio e a tolerância deles teria sido impossível o cumprimento do estágio. Por isso, deixo registrado o meu agradecimento.

**“Os homens fazem sua própria história,  
mas não a fazem como querem;  
não a fazem sob circunstâncias de sua escolha  
e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente,  
legadas e transmitidas pelo passado”.**

***Karl Marx***

## RESUMO

LOURENÇO, Sergio. **Saúde do trabalhador urbano na contemporaneidade.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretende contribuir teoricamente para o desvendamento da opressão capitalista sobre os trabalhadores urbanos. Especificamente, busca refletir sobre a saúde mental do trabalhador sob as condições impostas em um contexto neoliberal. O trabalhador urbano vive tempos difíceis para sobreviver, principalmente nas grandes cidades. Quem está empregado sofre uma pressão psicológica intensa no trabalho. O trabalhador nesse contexto, precisa encontrar formas de aliviar as tensões que sofre no dia a dia. A falta de opções de entretenimento na cidade pode favorecer o aumento da violência, entre outras expressões da questão social. A contribuição deste trabalho limita-se a reunir algumas ideias sobre o tema em questão de alguns autores consagrados, para defender o seguinte ponto de vista: *as políticas públicas na área de lazer podem contribuir na prevenção ao abuso de álcool e outras drogas*. Para isso foi realizada a presente pesquisa bibliográfica de tipo secundária. O *objeto* de investigação é a saúde do trabalhador com um recorte para a “saúde mental do trabalhador urbano”. Este trabalho tem como marco histórico referencial a década de 1970 e como marco teórico referencial a análise dialética-crítica de Marx e se desenvolve com base em alguns autores que utilizam a perspectiva do trabalhador.

**Palavras-chave:** *saúde do trabalhador, saúde mental, exploração capitalista*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**BRT** – Bus Rapid Transit

**CAPS** – Centro de Atenção Psicossocial

**CEREST** – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

**CNV** – Comissão Nacional da Verdade

**CVV** – Centro de Valorização da Vida

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**IPUB** – Instituto de Psiquiatria da UFRJ

**INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social

**NEPP-DH/SSA** – Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos  
Suely Souza de Almeida

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**RENAST** – Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	08
1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE DO TRABALHADOR .....	11
1.1 – A crise dos anos 1970 e a resposta do capital .....	12
1.2 – Reestruturação produtiva, precarização e exploração do trabalho .....	20
1.3 – Neoliberalismo e financeirização .....	45
1.4 – Reforma do Estado .....	56
2 NOVO CENÁRIO: IMPACTOS NA VIDA DO TRABALHADOR .....	66
2.1 – Diversão e Violência: relações complexas .....	67
2.2 – Expressões da questão social: desafio para o assistente social .....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	80
REFERÊNCIAS .....	83
ANEXOS .....	88
Anexo 1 .....	89



## APRESENTAÇÃO

As mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho já foram analisadas e discutidas por muitos pensadores consagrados que trataram o assunto com maestria. A contribuição deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) limita-se a reunir algumas ideias e conceitos de alguns desses autores, para defender o seguinte ponto de vista: *as políticas públicas na área de lazer podem contribuir na prevenção ao abuso de álcool e outras drogas*. A relevância desse tema se justifica por se tratar de um assunto pertinente a milhões de pessoas que compõem a Força de Trabalho. Se considerarmos as consequências adversas e muitas vezes até violentas, da reestruturação produtiva e seu impacto na vida de indivíduos e sociedade, percebe-se a gravidade do problema. A implementação de áreas de lazer na cidade, sem dúvida, abre espaços para o trabalhador *relaxar* da jornada de trabalho, contribuindo assim para prevenir a violência de uma forma geral e podendo ainda auxiliar na construção de uma resposta saudável ao problema.

Este TCC tem como marco histórico referencial a década de 1970, quando há o desmonte do *Welfare State* nos países centrais, principalmente os europeus e iniciam-se as reformas no modo de produção capitalista monopolista, com reflexo em quase todas as partes do mundo. O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica de tipo secundária tendo como marco teórico referencial a análise dialética-crítica de Marx e se desenvolve com base em alguns autores que utilizam a perspectiva do trabalhador. O *objeto* de investigação é a saúde do trabalhador com um recorte para a “saúde mental do trabalhador urbano”. Aqui vale um registro em relação ao tema escolhido e sua delimitação: falar de trabalhadores que vivem nas grandes metrópoles com suas especificidades e problemas, implica considerar uma

série de fatores e desdobramentos que nem sempre são encontrados em cidades pequenas ou rurais. Isso não quer dizer que não existem as expressões da questão social nessas pequenas cidades. No entanto, a perspectiva que se busca aqui é no sentido de priorizar a complexidade das grandes cidades e suas consequências na vida das pessoas, pois elas vivem em espaços urbanos contraditórios e caóticos.

O interesse pelo tema justifica-se por duas razões. A primeira é de cunho pessoal, pois desde a minha infância eu trabalho e por isso, me incluo na classe trabalhadora. Assim eu também vivo o drama de milhões de trabalhadores que só tem a força de trabalho para a sua sobrevivência e de seus dependentes. A segunda razão ocorreu no período de estágio no Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB), onde participei da equipe de Serviço Social da Enfermaria. Um fato específico foi o motivador dessa minha escolha: o caso do paciente chamado Severino<sup>1</sup>, 25 anos, trabalhador, natural do Ceará, que teve um surto e foi internado no IPUB. Quando sua mãe foi na empresa onde ele trabalhava pediram a carteira de trabalho dele para dar baixa e oficializar a sua demissão. Ela então procurou o Serviço Social do IPUB para ser orientada. A primeira providência da assistente social de plantão foi solicitar um pedido de auxílio-doença no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pois ele tinha direito a esse benefício. A partir desse episódio surgiu o interesse de investigar as condições de vida da classe trabalhadora na atualidade.

Este TCC foi elaborado em dois capítulos que buscam dar conta da problemática apresentada. O primeiro capítulo é formado de quatro partes que tratam da reestruturação produtiva como um fenômeno gerador de uma nova ordem mundial e que tem no neoliberalismo, na financeirização do capital e na reforma do Estado, sua base fundamental. O segundo capítulo foi estruturado em duas partes.

---

<sup>1</sup> O nome fictício foi usado para preservar a identidade do paciente.

Apresenta o cenário que surge nesse novo contexto decorrente de amplas mudanças e os impactos na vida do trabalhador. Busca entender a articulação entre formas tradicionais de diversão, a especulação imobiliária e o deslocamento do lazer para os shoppings, com o aumento da violência de uma forma geral. Trata ainda as expressões da questão social como um verdadeiro desafio para o/a<sup>2</sup> assistente social e as possibilidades que surgem nesse contexto.

---

<sup>2</sup> Neste trabalho será usado o artigo masculino, apenas por uma questão de forma, pois é sabido que a profissão de assistente social é constituída predominantemente pelo sexo feminino.

## **1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE DO TRABALHADOR**

Atualmente percebe-se que mudanças no modo de produção capitalista monopolista estão ocorrendo em um ritmo extremamente veloz e seus impactos sobre Estados e nações são surpreendentes. Para os trabalhadores significa uma realidade na qual a exploração do trabalho é acentuada ainda mais. Como desdobramentos dessa situação tem-se o aumento das expressões da questão social de uma forma geral e a emergência de novas doenças, assim como o aumento do adoecimento mental. Este capítulo apresenta o tema da reestruturação produtiva, um fenômeno que ocorre no mundo capitalista, com implicações na vida dos trabalhadores. As transformações que acontecem, desde a década de 70, impactam a vida material e espiritual do trabalhador, atingindo a sua subjetividade e a centralidade da sua vida: o trabalho. Pretende-se assim, trazer à reflexão um assunto que afeta em muito a vida do trabalhador urbano e de sua família. As transformações em curso contribuem para a alienação e estranhamento no trabalho e podem provocar o surgimento de doenças. O capítulo foi organizado em quatro partes. Na primeira trata da crise dos anos 1970 e a resposta da burguesia para esse problema. A segunda explica as transformações no mundo do trabalho e, especificamente, a ocorrência do fenômeno no Brasil. Também busca evidenciar a precarização do trabalho e a intensificação da exploração sobre o trabalhador. A terceira descreve algumas características das ideias neoliberais e da financeirização do capital e seus desdobramentos, com impacto direto na vida de milhões de pessoas. A quarta e última parte desse capítulo trata da reforma do Estado e as consequências para as políticas públicas e os direitos sociais conquistados.

## 1.1 A CRISE DOS ANOS 1970 E A RESPOSTA DO CAPITAL

A década de 1970 foi precedida por um período de “relativa” estabilidade para a classe trabalhadora, principalmente a europeia. Segundo Netto e Braz (2011) os chamados “anos dourados” da era monopolista expressaram uma *onda longa de expansão econômica* durante a qual crescimento econômico e taxas de lucro mantiveram-se em alta entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos setenta” (NETTO e BRAZ, 2011, p.224). Apesar dos problemas sociais, prometia-se aos trabalhadores uma “sociedade farta, plena e produtiva”, protegida pelo *Welfare State*<sup>3</sup>, com possibilidades de um consumo de massa, cujo símbolo maior era o automóvel. Nos países periféricos, os projetos industrializantes apareciam como a solução salvadora para os países subdesenvolvidos e o “desenvolvimentismo” era a receita para recuperar o atraso econômico-social. Granemann (2009) diz que o Estado de bem-estar social (*Welfare State*) realizava a intervenção na economia ao direcionar os investimentos, estimular a produção, efetivar obras públicas, controlar os níveis de emprego, para que fossem os mais altos possíveis ao modo de produção capitalista, e promover políticas sociais de proteção ao trabalho, dentre as quais saúde, previdência, habitação, educação, entre outras. Essa possibilidade rendeu sucesso e muitos lucros ao capital, com uma considerável melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e do proletariado em alguns países do continente europeu, ao longo das três décadas conhecidas na história como “os trinta anos de ouro do capitalismo” (GRANEMANN, 2009, p.16).

---

<sup>3</sup> A consolidação e expansão das *novas* formas e funções do Estado capitalista teve sua plena concretização com o fim da Segunda Guerra Mundial, em especial, no continente europeu, que havia sido destruído pelo conflito. A necessidade de reconstrução e as enormes oportunidades de lucro dela decorrentes, de um lado, e a possibilidade de as sociedades do leste europeu – as sociedades socialistas – constituírem-se na *alternativa vermelha* à vida do proletariado europeu, de outro lado, levaram ao desenvolvimento, em parte da Europa, de enormes programas de intervenção estatal, em geral denominados Estados de bem-estar (*Welfare State*) (GRANEMANN, 2009, p.15).

No entanto, os “anos dourados” da era monopolista chegaram ao fim. Seguiram-se novas crises econômicas que, novamente, devastaram a economia mundial. As taxas de ganhos do capital encolheram, houve o colapso do ordenamento financeiro mundial e o choque de petróleo nos anos setenta, com a alta dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo-OPEP. E nesse contexto, emergem outros atores políticos: o peso do movimento sindical aumentou de forma significativa nos países centrais e as demandas não se restringiam somente a aumentos salariais mas questionavam a organização nos moldes taylorista-fordistas<sup>4</sup>. Além disso, modificações culturais ocorridas nos anos anteriores, pela contracultura e revolução dos costumes, lançaram outros sujeitos na cena política, como a revolta estudantil, mobilização dos negros norte-americanos e o movimento feminista. No plano econômico, o capital monopolista formulou e implementou um conjunto de ações mas elas não surtiram o efeito esperado, pois o crescimento manteve-se reduzido e as crises não foram eliminadas. No plano político, a conjuntura era totalmente desfavorável aos governos ditatoriais, sobretudo os latino-americanos, pois a sociedade clamava por liberdade e justiça social. Os anos setenta registram inúmeras mobilizações anticapitalistas. “Pode-se dizer que no plano político o capital monopolista estava na defensiva” (NETTO e BRAZ, 2011, p.225). A recessão generalizada nos anos 1974 e 1975 abalou o capitalismo monopolista. Então é articulada uma ofensiva do grande capital, implementando uma estratégia política global, para reverter a conjuntura negativa e animar os mercados. “As respostas que configuram a restauração do

---

<sup>4</sup> *Taylorismo* - Doutrina estabelecida no início do século XX pelo engenheiro Frederick Winslow Taylor com o objetivo de especialização das tarefas do processo produtivo pra obter o máximo de rendimento no menor tempo.

*Fordismo* - Implantação da produção em série na indústria automobilista pelo americano Henri Ford, aproximadamente em 1908. (fonte: [www.derechoycambiosocial.com](http://www.derechoycambiosocial.com) - acessado em agosto de 2014).

capital foram fundamentadas sobre um tripé: a reestruturação produtiva, a ideologia neoliberal e a financeirização” (NETTO e BRAZ, 2011, p.224).

Antunes (2010) relata que estamos diante de um desmonte do trabalho contratado e regulamentado, legado das eras taylorista e fordista, dominante no século XX e que ele está sendo substituído pelas diversas formas de “*empreendedorismo*”, “*cooperativismo*”, “*trabalho voluntário*”, formas que escondem com frequência a exploração do trabalho. E assistindo também a explosão do desemprego estrutural em escala global, que atinge a totalidade dos trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes.” Antunes (2010) diz que

nesse contexto, caracterizado por um processo de precarização estrutural do trabalho, que os capitais globais estão exigindo o desmonte da legislação trabalhista. [...] E flexibilizar a legislação do trabalho, significa aumentar ainda mais os mecanismos de exploração do trabalho, destruindo os direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente após 1930, quando se toma o exemplo brasileiro (ANTUNES, 2010, p. 633.4.6).

A modalidade de acumulação denominada rígida, própria do taylorismo-fordismo, chega ao fim e começa a se instaurar aquela que vai caracterizar a terceira fase do estágio imperialista, a *acumulação flexível*. Harvey (1992) explica que a acumulação flexível se baseia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de ofertas de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p.140). Para muitos estudiosos, a *reestruturação produtiva* está na base dessa flexibilidade. Netto e Braz (2011) explicam que a produção “rígida” (taylorista-fordista) é substituída por um tipo diferenciado de produção que destina-se a mercados específicos e procura romper com a padronização. Apesar de ser uma

produção de grande escala, procura “nichos<sup>5</sup>” particulares de consumo. Nessa lógica, o capital parte para um movimento de desconcentração industrial, ou seja, promove a *desterritorialização da produção*<sup>6</sup> – unidades produtivas são deslocadas para novos lugares, especialmente áreas subdesenvolvidas e periféricas, onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa (seja pelo seu baixo preço, seja pela ausência de legislação protetora do trabalho e de luta sindical). A desterritorialização permite o controle do conjunto da produção por um monopólio no qual ele mesmo praticamente nada produz<sup>7</sup> diretamente (NETTO e BRAZ, 2011).

Diante desse quadro Alves e Antunes (2004) fazem uma análise das principais mudanças na objetividade e subjetividade do mundo do trabalho, agora muito mais heterogêneo, fragmentado e complexificado e apontam algumas tendências que marcam e configuram esse período no qual os trabalhadores do mundo todo estão vivendo. As tendências sinalizadas são as seguintes:

Ocorre uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva, cedendo a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo em muito o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais. “O desenvolvimento da chamada “produção enxuta” (*lean production*) e das formas de horizontalização do capital produtivo, bem como das modalidades de flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, da introdução da máquina informatizada, como a “telemática”, criam as condições para que ocorra esse fenômeno” (ALVES e ANTUNES, 2004, p.337).

---

<sup>5</sup> A expressão “nicho de mercado” está associada a segmento de mercado, mas representa mais do que isso. Nicho de mercado é um segmento com características especiais em termos de necessidades a serem atendidas. Para o pequeno empreendedor é a oportunidade de atender a uma necessidade do cliente (Disponível em: [http://www.e-commerce.org.br/artigos/nicho\\_de\\_mercado.php](http://www.e-commerce.org.br/artigos/nicho_de_mercado.php)).

<sup>6</sup> *Desterritorialização* - As atividades econômicas de um determinado país foram sendo desenvolvidas de maneira autônoma com relação aos recursos naturais próprios. A internacionalização do capital propicia a compra de matérias-primas em locais onde apresenta um custo favorável e a instalação das indústrias em países com um grande excedente de mão de obra, portanto, mais barata (FERRER, Walkiria Martinez, 2012 – *O Brasil na década de 1990*. Disponível em [www.derechoycambiosocial.com](http://www.derechoycambiosocial.com)).

<sup>7</sup> Exemplo é a Nike. Essa empresa, uma das grandes no mercado mundial de tênis, não produz diretamente um cadarço sequer, e seus 9 mil funcionários diretos constituem-se numa organização de estratégia mercadológica, desenvolvimento de produto e subcontratação de serviços e produção que, através da terceirização de suas atividades, gera 75.000 empregos em outras empresas (NETTO e BRAZ, 2011, p.228).



Expande o novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado.

São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras denominações, que se expandem em escala global [...] com a ampliação do desemprego estrutural, os capitais transnacionais implementam alternativas de trabalho desregulamentadas, “informais”, como a terceirização. O processo ocorre também nos países subordinados de industrialização intermediária, como Brasil, México, Argentina, entre tantos outros da América Latina que, depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas passadas, “passaram a presenciar significativos processos de desindustrialização, tendo como resultado a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado e informalizado, entre outras formas desestabilizadoras do trabalho, além de enormes níveis de desemprego” (ALVES e ANTUNES, 2004, p.337).

Também aumenta o trabalho feminino, que atinge a força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido recrutado pelo capital, via trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado. No entanto, a expansão do trabalho feminino ocorre com a diminuição dos salários pagos às mulheres. “Os níveis de remuneração delas são em média inferiores àqueles recebidos pelos homens, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais” (ALVES e ANTUNES, 2004, p.337).

Outra tendência no mundo do trabalho é a falta de oportunidades para os jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, “sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes nas fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho. A situação também é dramática para os trabalhadores considerados “idosos”, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez fora do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado [...] O fato é que o mundo do trabalho atual não aceita mais os trabalhadores da época fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista. “E, paralelamente a esta exclusão dos “idosos” e jovens, nas mais diversas partes do mundo, tem se utilizado da inclusão

precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas” (ALVES e ANTUNES, 2004, p.339).

O resultado dessas tendências apontadas é uma expansão significativa do chamado “Terceiro Setor<sup>8</sup>”, considerado pelos defensores do neoliberalismo como “a grande saída” para justificar a retirada do Estado da sua responsabilidade na área social. As empresas terceirizadas submetem seus trabalhadores à uma condição degradante de trabalho, e como consequências tem-se alta rotatividade, salários baixos e poucas ou nenhuma garantia, entre muitas outras formas precarizadas de trabalho. Teixeira (2009) diz que “a sociedade civil assim despolitizada recebe o nome de *terceiro setor*, algo supostamente situado para além do Estado e do mercado. Afirma-se ainda que este *terceiro setor* deve substituir o Estado em sua tarefa de atender às demandas sociais” (TEIXEIRA, 2009 *in* REZENDE e CAVALCANTI, 2009, p.52). Desta forma, a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e a reestruturação produtiva, sustentam a reforma do Estado, sobretudo na sua desresponsabilização da intervenção na resposta às sequelas da “questão social”. “Agora o mercado será a instância por excelência, de regulação e legitimação social” (Montaño,1999). “Apesar de ter um papel positivo nesse processo é um equívoco entender esse segmento como uma real alternativa duradoura e capaz de substituir a sociedade capitalista e de mercado” (ALVES e ANTUNES, 2004, p.339). Outro rumo apontado é a da ampliação do trabalho em domicílio,

---

<sup>8</sup> No Brasil, observa-se o crescimento de um “terceiro setor”, coexistindo com os dois setores tradicionais: o primeiro setor, aquele no qual a origem e a destinação dos recursos são públicas, corresponde às ações do Estado e o segundo setor, correspondente ao capital privado, sendo a aplicação dos recursos revertida em benefício próprio. O terceiro setor constitui-se na esfera de atuação pública não-estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Nesta definição, agregam-se, estatística e conceitualmente, um conjunto altamente diversificado de instituições, no qual incluem-se organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas. Disponível em: [www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/.../tsetor.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/.../tsetor.pdf)

gerada pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas.

por meio da telemática, com a expansão das formas de flexibilização, o trabalho produtivo doméstico vem presenciando formas de expansão em várias partes do mundo. A telemática possibilita enorme expansão e a aceleração das atividades das transnacionais. “Essa modalidade de trabalho tem se ampliado em grande escala, de que são exemplos a Benetton, a Nike, entre as inúmeras empresas que vêm aumentando as atividades de trabalho produtivo realizado no espaço domiciliar ou em pequenas unidades produtivas, conectadas ou integradas às empresas” (ALVES e ANTUNES, 2004, p.340-1).

E por fim, registra-se uma última tendência: no contexto do capitalismo mundializado, caracterizado pela transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo, a configuração do mundo do trabalho é cada vez mais transnacional. Novas regiões industriais surgem e muitas desaparecem. “Esse processo de mundialização produtiva desenvolve uma classe trabalhadora que mistura sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. Assim como o capital se transnacionalizou, há um complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho” (ALVES e ANTUNES, 2004, p.341).

Pode-se acrescentar ainda que devido ao desenvolvimento tecnológico, um pequeno grupo de trabalhadores passa a usufruir de melhores condições de trabalho. Segundo Netto e Braz (2011) “no conjunto dos trabalhadores, encontra-se uma parte extremamente qualificada, que em geral consegue um mínimo de segurança no emprego e uma grande parcela de trabalhadores<sup>9</sup> precarizados” (NETTO e BRAZ, 2011, p.227). Portanto, este é o desenho que caracteriza a nova configuração da classe trabalhadora: “além da separação entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, *incluídos e excluídos*, temos

---

<sup>9</sup> Geralmente a maior parcela de trabalhadores está vinculada a outras empresas e submete-se a condições de trabalho precarizadas: alta rotatividade, salários menores e poucas garantias (NETTO e BRAZ, 2011, p.227).

também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital“ (ALVES e ANTUNES, 2004, p.342).

## 1.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, PRECARIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Na década de 1980, nos países de capitalismo avançado, ocorreram profundas modificações no mundo do trabalho, nas suas formas de inclusão na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Os trabalhadores sofreram um duro golpe que atingiu não só a sua materialidade mas teve profundas repercussões na sua subjetividade, afetando a sua forma de ser. Houve um grande impulso tecnológico, com a automação, a robótica e a microeletrônica conquistando as fábricas e empresas, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Novos processos de trabalho surgem ou misturam-se aos antigos, a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Assim surgem modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CQCs), “a gestão participativa”, a busca da “qualidade total”, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. O *toyotismo*<sup>10</sup> penetra, mistura-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Adotam-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são negativos quanto aos direitos do trabalho. “Estes são

---

<sup>10</sup> “O “*toyotismo*” é uma forma de organização do trabalho concebida na Toyota Motor CO. a partir da década de 1950, cujos elementos constitutivos articulam a base sobre a qual emergem as características do desenvolvimento do capitalismo japonês, no pós-guerra. [...] São três as determinações que se destacam como elementos constitutivos na configuração do “*toyotismo*”: as modificações no processo de trabalho, os mecanismos institucionais e o sindicato-de-empresa” (MONTENEGRO, 2007, p.2).

desregulamentados, são flexibilizados, de modo a favorecer o capital a adequar-se a sua nova fase. Assim, direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção” (ANTUNES, 1999, p.16).

Uma das estratégias da reestruturação produtiva é a intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz em muito a demanda de trabalho vivo em alguns setores. O impacto desse desenvolvimento das forças produtivas é tão grande que alguns pesquisadores falam de uma revolução informacional, inclusive com a emergência das empresas neoliberais e dos *infoproletários*<sup>11</sup> (BRAGA, 2009). Para Castells (*apud* BRAGA, 2009) a internet – é apresentada como a estrutura determinante da sociedade informacional, assumindo um papel definitivo na caracterização da organização empresarial e do trabalho pós-fordista. Ele argumenta que as empresas neoliberais mudaram seu modelo organizacional passando das burocracias verticalizadas à “empresa horizontal”. Como exemplo, cita a Cisco Systems como modelo global da empresa centrada em informações e baseada em redes. Braga (2009) diz que o sucesso desse tipo de empresa estaria no “valor”do espírito do informacionalismo. Uma espécie de estilo de vida, comum a todo um grupo de indivíduos, fundamentado em valores do novo trabalhador pós-fordista, ou seja, trabalhadores e gerentes conectados entre si pela linguagem comum digital. Segundo Castells (2009) “essa nova cultura do trabalho informacional, apresenta o retrato desolador de uma *nova fratura social* polarizada

---

<sup>11</sup> Infoproletariado ou ciberproletariado - são termos que compreendem uma ampla gama de trabalhadores que floresceu nas últimas três décadas e meia a partir do aumento do uso da tecnologia da informação, da globalização e da degradação das condições de trabalho. Esse triplo processo originou um tipo de proletário contraditório. Ele é de ponta, moderno, porque usa tecnologia avançada, mas é atrasado, porque herdou condições de trabalho vigentes no início do século 20. (Fonte: <http://lemarxusp.wordpress.com> - Laboratório de Estudos Marxistas da Universidade de São Paulo)

por trabalhadores qualificados incluídos e trabalhadores desqualificados excluídos pela rede” (CASTELLS *apud* BRAGA, 2009, p.63). Braga (2009) diz que

assistimos à desestruturação da empresa fordista em benefício de um modelo de organização das relações de produção orientado pela generalização do processo de terceirização, pela compressão dos níveis hierárquicos, pelo desenvolvimento de estratégias gerenciais objetivando a mobilização permanente da força de trabalho, pela cooperação constrangida dos assalariados, pela administração por metas, assim como pela fragmentação da relação salarial. trata-se, como bem definiu Thomas Coutrot, de uma “nova utopia capitalista”: a empresa neoliberal (BRAGA, 2009, p.68).

Nota-se que nas empresas modernas a base produtiva vem se deslocando dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos e esse deslocamento implica mudanças de fundo no trabalhador coletivo, ampliando seus limites de atuação. De uma forma geral, novas exigências são postas à força de trabalho diretamente envolvida na produção – dos operários se requer uma qualificação mais alta e, ao mesmo tempo, a capacidade para participar de atividades múltiplas, ou seja, uma força de trabalho qualificada e polivalente. A contradição é que muitas atividades são desqualificadas, de forma a empregar uma força de trabalho que pode ser substituída a qualquer momento. Os trabalhadores das Calls Centers são um exemplo da alta rotatividade. David Harvey (1992) argumenta que é nesse contexto que a adaptabilidade e flexibilidade dos trabalhadores se tornam fundamentais para o desenvolvimento capitalista. A destruição e reconstrução acelerada das habilidades dos trabalhadores foram uma característica central da mudança do fordismo para os modos flexíveis de produção. Buscava-se portanto, a aceleração do ritmo dos processos econômicos e, por conseguinte, da vida social. “A implantação de novos sistemas tem de esperar a passagem do tempo de vida *natural* da fábrica e do trabalhador, ou empregar o processo de *destruição criativa* que se baseia na desvalorização ou destruição forçadas de ativos antigos para abrir caminho aos novos” (HARVEY, 1992, p.210).

Todas as transformações implementadas pela burguesia capitalista impactam fortemente a vida dos trabalhadores e de suas famílias, afetando a sociedade como um todo. O mercado de trabalho sob o capitalismo contemporâneo mudou radicalmente. O desequilíbrio da correlação de forças entre capital e trabalho, enfraquece os trabalhadores com a crise do movimento sindical e a redução do contingente dos operários industriais. A diminuição dos sindicalizados e a perda de força do sindicalismo, afetam a capacidade de resistência dos trabalhadores. Nessa ofensiva do capital, seus defensores afirmam que a “flexibilização” ou a “desregulamentação” das relações de trabalho ampliaria as oportunidades de emprego. Na verdade, a argumentação é desmentida pelo fato de que em todos os países onde o trabalho foi “flexibilizado” isso ocorreu justamente com o crescimento do desemprego, tornando-o um fenômeno permanente no marco do capitalismo contemporâneo. “Por isso, tratam de naturalizá-lo, como se não houvesse outra alternativa. E o resultado dessa investida sem limites é a exponenciação da questão social<sup>12</sup> acrescido ainda de uma repressão e criminalização do pauperismo e dos pobres” (NETTO e BRAZ, 2011, p. 231). Nesse sentido, o grande capital para atingir seu objetivo de acumulação aproveita-se estrategicamente de um enorme contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho. É o chamado exército industrial de reserva. Tal exército é um elemento necessário e constitutivo da própria dinâmica do capitalismo. “Não há exemplo de economia capitalista sem desemprego; suas taxas podem variar, aumentando ou diminuindo, mas o capitalismo *real* (aquele que de fato existe, para

---

<sup>12</sup> A precarização e a “informalização” das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado, como: aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi-escravo ou escravo (NETTO e BRAZ, 2011, p. 231).



além das representações que dele se fazem) *sempre* registrou um ineliminável contingente de trabalhadores desempregados” (NETTO e BRAZ, 2011, p.142). Portanto, a naturalização do fenômeno do desemprego não encontra fundamento teórico consistente, pois é preciso considerá-lo sob a ótica da acumulação capitalista. “O desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas **sob as relações sociais de produção capitalistas**” (NETTO e BRAZ, 2011, p.144). Marx ao estudar o exército industrial de reserva, observou que a superpopulação relativa adquire formas variadas, sendo que três são principais:

a *flutuante*, constituída pelos trabalhadores que, nos grandes centros industriais e mineiros, ora estão empregados, ora estão desempregados; a *latente* que existe nas áreas rurais quando nelas se desenvolvem relação capitalistas e que, surgindo a oportunidade, acaba por migrar para as zonas industriais; e a superpopulação relativa *estagnada*, formada por trabalhadores que jamais conseguem um emprego fixo e perambulam entre uma ocupação e outra. Na base desse contingente, e desecotado o *lumpemproletariado* (a parcela degradada do proletariado: vagabundos, criminosos, prostitutas, rufiões), estão os que vegetam na miséria e no pauperismo, trabalhadores aptos mas que há muito não encontram emprego, órfãos, filhos de indigentes, mutilados, viúvas, enfermos etc. O pauperismo em que está imersa essa massa, no dizer de Marx, “constitui o asilo para os inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX *apud* NETTO e BRAZ, 2011, p.144).

Em relação a reestruturação produtiva no Brasil, alguns autores defendem a ideia de que emerge um novo paradigma produtivo. A discussão, tanto no que se refere à natureza do novo modelo, como a sua abrangência e quanto às suas implicações sociais, não tem o consenso dos estudiosos, pois coexistem um grande número de empresas dos mais diversos tamanhos, setores e regiões em processo de reestruturação inspirados principalmente no modelo japonês e outro grande número de empresas que mantém o modelo taylorista-fordista. Porém mais do que a introdução de novas tecnologias físicas, o que se observa é a acelerada adoção de tecnologias de gestão. De forma criativa, o empresariado brasileiro tem adaptado as diferentes estratégias de organização, compondo um heterogêneo, caótico, porém

efetivo “paradigma de flexibilização”. O que importa evidenciar é que este novo padrão busca alcançar os mesmos objetivos que os precedentes, ou seja, a superação da crise e a decorrente continuidade da acumulação capitalista, em uma nova base, sobretudo por meio da intensificação da exploração sobre a força de trabalho (CATANI *apud* TUMOLO, 2001, p. 75-6). As empresas capitalistas têm procurado implantar os mais variados processos de trabalho – inovações tecnológicas articuladas com novas formas de organização e gestão do trabalho –, inclusive misturando características dos diversos “modelos”, com o objetivo de intensificar a exploração sobre a força de trabalho e, ao mesmo tempo, conseguir uma vitória política sobre os trabalhadores, na medida em que conseguem conquistar suas mentes e corações, buscando assim, neutralizar e se possível, destruir qualquer forma de organização destes, principalmente os mais combativos. Na verdade, as empresas capitalistas vêm buscando a combinação mais adequada de “modelos produtivos”, de acordo com as características de conjuntura – situação do país ou região onde estão instaladas, perfil da força de trabalho, histórico das lutas e formas de organização dos trabalhadores (TUMOLO, 2001, p. 81).

Os efeitos provocados pela reestruturação produtiva não se restringiram ao mundo do trabalho, mas atingem a sociedade de uma forma geral. No caso do Brasil teve um agravante a mais, pois a década de 1970 apresenta o contexto brasileiro marcado por uma ditadura civil-militar. Essa época ficou marcada na história do Brasil através da prática de vários Atos Institucionais que instituíam a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar. Os desdobramentos desse período marcaram definitivamente várias gerações e cinquenta anos depois o processo se mostra inconcluso. Netto (1991) esclarece que

a emergência da ditadura brasileira inseriu-se num contexto mais amplo, inscrevendo-se num panorama internacional em que uma sucessão de golpes de Estado era somente parte de uma estratégia maior. Estava ocorrendo uma profunda alteração na divisão internacional capitalista do trabalho. Os centros imperialistas, sob o comando norte-americano, patrocinaram uma *contrarrevolução preventiva* em escala mundial em especial no chamado Terceiro Mundo, onde ocorriam amplos movimentos de libertação nacional e social. Conforme Netto (1991), a finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice, com seus objetivos estritamente vinculados:

adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; além de intensificar em todos os lugares possíveis a campanha contra a revolução e o socialismo (NETTO, 1991, p. 17).

Os resultados da contrarrevolução preventiva são nítidos a partir da segunda metade dos anos sessenta: a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas que garantiam a exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial, bem como uma prática policial-militar anti-comunista, através da doutrina de segurança nacional. “O êxito da estratégia promovida pelos centros imperialistas deve ser buscado na dinâmica interna de cada país” (NETTO, 1991, p.17). Neste processo, o privilégio cabe às variáveis internas de cada sociedade. O processo de formação do Brasil moderno, configura uma particularidade histórica. Primeiro, o desenvolvimento capitalista não foi contra o “atraso”, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados. Segundo, uma reiterada exclusão das forças populares dos processos de decisão política. A massa do povo não participou das

decisões da vida social. Em terceiro, o específico desempenho do Estado na sociedade brasileira. A característica do Estado brasileiro, muito própria desde 1930, é de que ele tem conseguido atuar com sucesso como um vetor de desestruturação das agências da sociedade *que expressam os interesses das classes subalternas*. É um Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra o surgimento, na sociedade civil, de agentes democráticos de vontades coletivas e projetos societários alternativos. Em suma, “o desenvolvimento tardio do capitalismo no Brasil torna-o heteronômico<sup>13</sup> e excludente. Os processos diretivos da sociedade são decididos *pelo alto*”. O pacto contrarrevolucionário expressou, “a derrota das forças democráticas, nacionais e populares”, porém o seu significado é ainda maior: “o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político no Brasil”. Nesse sentido, “o movimento cívico-militar de abril foi inequivocamente *reacionário* – resgatou precisamente as piores tradições da sociedade brasileira” (NETTO, 1991, p.25).

A ditadura brasileira é um caso inconcluso. Com a criação da Comissão Nacional da Verdade<sup>14</sup> (CNV, 2012) busca-se entender o que ocorreu naquele período, visando analisar o golpe cívico-militar e especialmente o tipo e os fundamentos da violência praticada por seus agentes. O que a Comissão revelou é que o extermínio, a morte e a violação dos direitos humanos foram práticas adotadas como política sistemática do Estado. Conforme o documento da CNV o projeto que gestou 1964 visava a construção de um Estado de Segurança Nacional e de Desenvolvimento Associado e Hegemônico na América Latina. A violência política

---

<sup>13</sup> **heteronomia** he.te.ro.no.mi.a

sf (hétero+ônimo+ia1) 1 Subordinação ou sujeição à vontade de outrem ou a uma lei exterior. 2 Sujeição da vontade ao controle dos apetites naturais, paixões e desejos, em vez de à lei normal ou da razão. (Fonte: <http://michaelis.uol.com.br>)

<sup>14</sup> Lei 12528/2011 instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

utilizada pelas Forças Armadas brasileiras buscou sua legitimidade nos padrões norte-americanos de contra-insurgência. O uso dessa violência permitiu ao regime militar construir o estatuto de um Estado sem limites repressivos. E com três consequências imediatas:

adotou a tortura como forma de interrogatório nos quartéis militares a partir de 1964; fez da tortura a força motriz da repressão praticada pelo Estado brasileiro até pelo menos 1976; possibilitou ao Estado praticar atos considerados inéditos em nossa história política: a materialização sob a forma de política de Estado de atos de tortura, assassinato, desaparecimento e sequestro (CNV, 2012. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br>).

A CNV revela vários incidentes de abuso de poder onde, usualmente, agentes que representavam o governo promoveram prisões, torturas e mortes que contrariavam o respeito aos direitos humanos e a constituição de uma cultura democrática no país. Para tanto, uma série de arquivos mantidos sob sigilo estão sendo consultados e nomes envolvidos em tais incidentes serão chamados para depor nessa mesma comissão (<http://www.cnv.gov.br>). A ditadura civil-militar no Brasil acabou, porém os trabalhadores vivem um outro tipo de ditadura: a do mercado.

Netto e Braz (2011) explicam que o controle da força de trabalho pelo capital recorre a formas diferentes, apelando à “participação” e ao “envolvimento” dos trabalhadores, valorizando a “comunicação” e a redução de hierarquias mediante a utilização de “equipes de trabalho”. É nesse quadro que o *toyotismo* ganha relevância nas relações de trabalho. O capital não mede esforços em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores, utilizando capciosamente o discurso de que a empresa é a sua “casa” e que eles devem vincular o seu êxito pessoal ao êxito da empresa. Os trabalhadores agora são tratados pelos capitalistas como “colaboradores”, “cooperadores” e “associados”, entre outros termos cavilosos (NETTO e BRAZ, 2011, p.227). Na verdade, a forma de comprometimento engajada

do trabalhador na produção capitalista, revela que o processo de trabalho está realmente comandado pelo capital. Nas palavras de Marx, “a subsunção real do trabalho ao capital, vai operar-se com a consolidação dos processos produtivos possibilitados pela Revolução Industrial” (MARX *apud* NETTO e BRAZ, 2011). É então que se instaura a produção especificamente capitalista, implementada através de máquinas e típica da grande indústria. “Quando o processo de trabalho está subordinado realmente ao capital, quando o trabalhador perde o controle desse processo, o capital encontra as melhores condições para incrementar a produção excedente e potenciar a extração de mais-valia” (NETTO e BRAZ, 2011, p.122).

O modo capitalista de produção, conforme Antunes e Alves (2004), desde a sua origem, pressupõe o envolvimento operário, ou seja, formas de captura da subjetividade operária pelo capital, ou, mais precisamente, da sua subsunção à lógica do capital. Com o toyotismo, tende a ocorrer uma racionalização do trabalho por meio da inserção engajada do trabalho assalariado na produção do capital. Assim, ocorre uma nova orientação no mundo do trabalho, devido a mundialização do capital, exigindo, mais do que nunca, a captura integral da subjetividade operária. É claro que a operação de captura da subjetividade operária pela lógica do capital é algo sistematizado e reiterado pelo modo de produção capitalista. Conforme os autores,

a introdução da maquinaria complexa, das novas máquinas informatizadas que se tornam inteligentes, ou seja, o surgimento de uma nova base técnica do sistema sociometabólico do capital, que propicia um novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, exige, como pressuposto formal ineliminável, os princípios do toyotismo, no qual a captura da subjetividade operária é uma das precondições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital. As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiriam, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 345.6).

Sob o toyotismo, a alienação ou estranhamento do trabalho mantém sua essência preservada. A subjetividade que surge na fábrica tende a ser a expressão

de uma existência inautêntica e estranhada. Apesar de o operário da fábrica toyotista ter maior “participação” nos projetos que nascem das discussões dos círculos de controle de qualidade, com maior “envolvimento” dos trabalhadores, a subjetividade que então se manifesta encontra-se estranhada com relação ao que se produz e para quem se produz. O toyotismo tende a apropriar-se cada vez mais da dimensão intelectual, das capacidades cognitivas da força de trabalho, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Os trabalhos em equipes, os círculos de controle e as sugestões<sup>15</sup> oriundas do chão da fábrica, são incorporadas pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva (ANTUNES e ALVES, 2014, p. 346-47).

Os autores sustentam que sob o toyotismo o saber intelectual do trabalho é transferido para as máquinas informatizadas que se tornam mais inteligentes. Como a máquina não pode eliminar o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. Surge, portanto, o envolvimento interativo que aumenta ainda mais o estranhamento do trabalho, ampliando as formas modernas de fetichismo, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada (ALVES e ANTUNES, 2004). Um exemplo atual é a necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para o mercado de trabalho. Parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está direcionada para adquirir “empregabilidade”, palavra-fetiche que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação e que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital. A criação do sistema “S” – Senai, Sesi, Senac e Sesc – é um

---

<sup>15</sup> As ideias dos trabalhadores são absorvidas pelas empresas, após uma análise e comprovação de sua funcionalidade e vantagem lucrativa para o capital (ANTUNES e ALVES, 2004, p.347).

exemplo da prática adotada pelo empresariado nacional que na década de 1940 tinha interesse na formação de mão de obra<sup>16</sup> para a indústria. Atualmente, a formação profissional – na maioria dos casos - é patrocinada pelo próprio indivíduo, uma vez que o ensino se opera na lógica do mercado. Ou seja, na lógica capitalista a educação é mercadoria.

Atualmente, a formação profissional é custeada pelo próprio indivíduo, uma vez que o ensino profissional se opera na lógica do mercado. Ou seja, a educação virou mercadoria. Ao contrário de uma interpretação que vê a transformação tecnológica promovendo uma sociedade próspera e harmoniosa, estamos presenciando, na verdade, um processo histórico de desintegração, que se dirige para um aumento do antagonismo, o aprofundamento das contradições do capital. Quanto mais o sistema tecnológico da automação e das novas formas de organização do trabalho avança, mais a alienação tende em direção a limites absolutos. Quando se pensa na enorme massa de trabalhadores desempregados, as formas manifestadas da alienação são diferenciadas. Variam da rejeição da vida social, do isolamento, da apatia e do silêncio da maioria até a violência e agressão diretas. Aumentam os focos de contradição entre os desempregados e a sociedade como um todo. Os conflitos tornam-se um problema social. A falta de humanidade

---

<sup>16</sup> Conforme Iamamoto e Carvalho (1995), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi criado em 1942 com a incumbência de organizar e administrar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários. Essa instituição surge através de um Decreto-lei Federal nº. 4048, que atribui a uma entidade de classe, a Confederação Nacional da Indústria, a função de geri-la. Assim é estabelecido algo semelhante a uma divisão de tarefas, em que o Estado – como propiciador de economias externas – atua na educação elementar da população, assim como na preparação em nível superior de uma elite de técnicos, encarregando-se o empresariado da segunda etapa de qualificação da Força de Trabalho, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho operário (IAMAMOTO e CARVALHO, 1995, p. 259.61).



leva ao isolamento individual, às formas de criminalidade, à formação de guetos de setores excluídos, até a formas mais ousadas de explosão social<sup>17</sup>.

Na fase de mundialização do capital, caracterizada pelo desemprego estrutural, pela redução e precarização das condições de trabalho, torna-se evidente a existência de um ambiente adverso aos trabalhadores, um espaço social que inibe ainda mais a manifestação de uma subjetividade autêntica. Muitas formas de fetichizações e reificações permeiam o mundo do trabalho, com desdobramentos enormes na vida fora dele também. Um exemplo é a própria reprodução da sociedade, na qual o consumo de mercadorias é comandado e estruturado pelo capital. Observa-se o controle sobre os serviços públicos cada vez mais privatizados e até o turismo, no qual o “tempo livre” é persuadido a ser gasto no consumo dos shoppings. As evidências do domínio do capital são enormes na vida fora do trabalho, criando obstáculos ao desenvolvimento de uma subjetividade autêntica. A alienação/estranhamento e os novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades. Nessas condições, a subjetividade da classe é transformada em um objeto, em um *sujeito-objeto*, que funciona para a autoafirmação e a reprodução de uma força estranhada. “Entretanto, é importante observar que a vida cotidiana não se mostra meramente como o espaço por excelência da vida alienada, mas, ao contrário, como um campo de disputa entre a alienação e a desalienação” (ALVES e ANTUNES, 2004, p. 348-50).

---

<sup>17</sup> Os megaprotestos ocorridos em 2013 em várias capitais do país e que ficaram conhecidos como as Jornadas de Junho, são exemplos que expressam uma extraordinária vontade da população não apenas de mudar as políticas de transporte, educação, saúde, etc, mas de transformar as instituições sociais e as formas de exercício do poder político. Essa explosão social, movida pela insatisfação popular, levou para as ruas milhões de pessoas em todo o Brasil. (VAINER, 2013, Fonte: <http://www.boitempoeditorial.com.br>)

Dejours (1999) traz uma importante reflexão sobre o sofrimento no trabalho. Ele diz que se o sofrimento para muitos trabalhadores não resulta em um surto é porque contra ele o sujeito utiliza defesas que lhe permitem controlá-lo. “Existem defesas construídas e empregadas pelos trabalhadores coletivamente. Trata-se de *estratégias coletivas de defesa* que são especificamente marcadas pelas pressões reais do trabalho. A questão é como conseguem esses trabalhadores não enlouquecer, apesar das pressões que enfrentam no trabalho?” (DEJOURS, 1999, p.36). Como manter-se saudável mentalmente em ambientes adversos, muitas vezes hostis? Nesse sentido, o autor argumenta que a busca da *normalidade* é resultado de uma composição entre o sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento no trabalho. Portanto, a normalidade não implica ausência de sofrimento, muito pelo contrário: a normalidade não é o efeito passivo de um condicionamento social, de algum conformismo ou de uma "normalização" pejorativa e desprezível, obtida pela "interiorização" da dominação social, e sim o resultado alcançado na dura luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho (DEJOURS, 1999, p.36).

Dejours (1999) diz que vivemos numa conjuntura social que apresenta muitos pontos em comum com uma situação de guerra. Com a diferença de que não se trata de um conflito armado entre nações, mas de uma guerra "econômica", na qual estariam em jogo, com a mesma gravidade que na guerra, a sobrevivência da nação e a garantia da liberdade. Nada menos que isso! Em nome dessa causa utilizam-se, no mundo do trabalho, métodos cruéis contra os trabalhadores, a fim de excluir os que não estão aptos a combater nessa guerra (os velhos que perderam a agilidade, os jovens mal preparados, os vacilantes): estes são demitidos da empresa, ao passo que dos outros, que estão aptos para o combate, exigem-se desempenhos sempre

superiores em termos de produtividade, de disponibilidade, de disciplina e de abnegação. “Somente sobreviveremos, dizem-nos, se nos superarmos e nos tornarmos ainda mais eficazes que nossos concorrentes” (DEJOURS, 1999, p.13). Nessa guerra, o fundamental não é o equipamento militar ou o manejo das armas, mas o desenvolvimento da competitividade. “Em nome dessa guerra admite-se atropelar certos princípios. Pois, nessa lógica o fim justificaria os meios” (DEJOURS, 1999, p.13).

Netto e Braz (2011) referindo-se à exploração do trabalho, explicam que “o capitalista não comete nenhum roubo ou furto ao contratar o trabalhador para uma jornada de oito horas – paga-lhe, mediante o salário, o valor da força de trabalho” (NETTO e BRAZ, 2011, p.116). Acontece que durante a jornada de trabalho, o trabalhador produz mais valor que o valor necessário para tal reprodução; é desse valor excedente (a mais-valia) que o capitalista se apropria sem nenhuma despesa ou custo. No entanto, durante a jornada de trabalho, o tempo de trabalho se divide em duas partes. Numa delas, o trabalhador produz o valor equivalente ao salário que recebe (*tempo de trabalho necessário*) e na outra parte, produz o valor excedente (*mais-valia*) que lhe é extraído pelo capitalista. Essa parte é conhecida como *tempo de trabalho excedente*. Os trabalhadores não percebem a diferença entre trabalho necessário e trabalho excedente. No caso do trabalhador assalariado, o excedente lhe é extraído sem o recurso à violência, pois o trabalhador assina um contrato de trabalho e permite a apropriação da jornada de seu trabalho pelo capitalista. “A falsa noção de que o salário remunera todo o seu trabalho é reforçada pelo fato de a jornada de trabalho ser contínua e de ele trabalhar em um espaço e com as ferramentas de propriedade do capitalista” (NETTO e BRAZ, 2011, p.117).

Por isso, a maioria dos operários sente a exploração – tratando-a como uma injustiça –, mas não alcança, na sua experiência cotidiana, a adequada compreensão dela. É somente a análise teórica da produção capitalista, conduzi-

da numa perspectiva de defesa dos interesses dos trabalhadores, que pode esclarecer o verdadeiro caráter da exploração capitalista [...]. Os capitalistas têm o máximo de interesse em conter o acesso do proletariado a esse conhecimento teórico (NETTO e BRAZ, 2011, p.117).

Na verdade, o que importa ao capitalista é o tempo de trabalho excedente sem alteração do salário. Jornada mais longa significa mais trabalho excedente. Mas a extensão da jornada encontra dois limites. O primeiro é de natureza fisiológica: o trabalhador submetido a médio prazo a jornadas prolongadas torna-se enfraquecido, logo se esgota e tem a sua reprodução ameaçada. Por isso, o Estado burguês limita legalmente a jornada, para preservar a reprodução da força de trabalho em benefício dos interesses gerais do capital e certamente, pela pressão dos trabalhadores. O segundo é de natureza política: a resistência e as lutas dos trabalhadores contra jornadas longas, protagonizadas pelo movimento operário (NETTO e BRAZ, 2011, p.117). Uma outra forma de obter a mais-valia absoluta é na intensificação do ritmo de trabalho. Através de uma série de controles sobre os operários – que incluem da mais severa vigilância a todos os seus atos na unidade produtiva até a cronometragem e determinação dos movimentos necessários à realização das suas tarefas –, o capitalista os obriga a trabalhar a um ritmo tal que, sem alterar a duração da jornada, produzem mais mercadorias e mais valor (NETTO e BRAZ, 2011, p.118). Em contrapartida, surgem as doenças provocadas por esse ritmo intenso de trabalho. David Harvey (1992) diz que – atualmente – é tão importante aprender a trabalhar com a volatilidade quanto acelerar o tempo de giro do capital. Isso significa alta adaptação e capacidade de se movimentar com rapidez em resposta a mudanças do mercado. “É considerável a tensão do desempenho gerencial num tal ambiente, gerando todo tipo de efeito colateral, tal como o chamado *resfriado yuppie* (uma condição de estafa psicológica que paralisa a ação de pessoas talentosas e produz duradouros sintomas semelhantes aos do resfriado) ou o frenético estilo de

vida dos operadores financeiros propensos a uma espécie de mentalidade esquizofrênica” (HARVEY, 1992, p.259).

Um exemplo de doença provocada por esse ritmo intenso é a síndrome de *burnout*<sup>18</sup> ou síndrome do esgotamento profissional. Sua principal característica é o estado de tensão emocional e estresse crônicos provocado por condições de trabalho físicas, emocionais e psicológicas desgastantes. O sintoma típico da síndrome de burnout é a sensação de esgotamento físico e emocional que se reflete em atitudes negativas, como por exemplo, em ausências no trabalho, agressividade, isolamento, mudanças bruscas de humor, irritabilidade, dificuldade de concentração, lapsos de memória, ansiedade, depressão, pessimismo, baixa autoestima. Outras manifestações podem surgir como: dor de cabeça, enxaqueca, cansaço, sudorese, palpitação, pressão alta, dores musculares, insônia, crises de asma, distúrbios gastrintestinais, enfim essas são manifestações físicas características da doença e que podem estar associadas à síndrome (Fonte: <http://drauziovarella.com.br>). Antunes (1999) diz que a intensificação da exploração ao trabalhador pode ser bem trágica, levando o trabalhador até à morte: o *karoshi* é um termo que se refere à morte súbita, provocada pelo ritmo e intensidade no trabalho, resultado da busca incessante do aumento da produtividade (ANTUNES, 1999, p.30).

Os trabalhadores brasileiros são submetidos a uma legislação que apenas reconhece como doenças profissionais as atividades que constam na lista oficial<sup>19</sup> do Ministério do Trabalho – que a rigor não se refere a patologias, mas a agentes patológicos – e as resultantes das condições especiais ou excepcionais em que o trabalho é realizado. O pior é a burocracia existente na concessão dos poucos e

---

<sup>18</sup> Distúrbio psíquico descrito em 1974 por Freudenberger, médico americano. O transtorno está registrado no Grupo V da CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) (Fonte: <http://drauziovarella.com.br>).

<sup>19</sup> *Doenças relacionadas ao trabalho*, BRASIL, 2001 Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_relacionadas\\_trabalho1.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf)

parcos benefícios existentes para os trabalhadores adoecidos. Por outro lado, a percepção negativa do trabalho, entendido como punição, inibe as potencialidades para realização do ser e o desenvolvimento de suas capacidades. Dessa forma, são omitidos os componentes humanizadores do trabalho, que deveriam ter presença garantida na formulação e desenvolvimento de programas direcionados à promoção da saúde dos trabalhadores. Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) dizem que atualmente temos um quadro em que convivem situações mais evidentes da violência do trabalho, não resolvidas ou parcialmente enfrentadas<sup>20</sup>. Entre as violências pode-se registrar o assédio moral, bem como a formas de organização do trabalho que inibem as potencialidades humanas e tornam o trabalhador inseguro. Com a deteriorização do trabalho aliam-se propostas de flexibilidade nas contratações, muitas vezes, socialmente inaceitáveis. Constituem-se em alternativas para diminuir encargos sociais das empresas e absorver setores da população desempregada, sem proteção ou garantias, impondo-lhes a responsabilidade da insegurança e agravando as desigualdades. Trata-se de uma solução que não dá conta da questão estrutural do desemprego. Além de gerar uma enorme ansiedade e estresse no indivíduo.

No país, temos cerca de 5 milhões de desempregados, considerando a taxa de desemprego de 5,4% registrada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, em 2013. Esse contingente de trabalhadores desprotegidos, ignorados pelas empresas, em constante rotação, sem direito à assistência e ao controle de sua saúde representa um dos grandes desafios para a investigação e intervenção no âmbito da Saúde do Trabalhador. No Brasil, esse quadro se reflete no expressivo

---

<sup>20</sup> Como exemplos, podemos-se citar: pneumoconioses, doenças provenientes de riscos físicos, intoxicações crônicas e agudas, associadas à utilização de tecnologias obsoletas e de substâncias banidas do mundo desenvolvido mas em uso no país.

índice, registrado pelo INSS, de afastamento por motivo de doença mental. As notícias publicadas na imprensa informam:

O INSS registrou um grande aumento, a partir de 2006, de afastamentos de trabalhadores por transtornos psicológicos como depressão e estresse mental. A pressão por produtividade e a introdução de novas tecnologias, que exigem dedicação mental extrema podem estar na raiz do problema. (Jornal Folha de S. Paulo, 2011)

Ainda, conforme reportagem do jornal Folha de São Paulo publicada em novembro de 2011, os afastamentos por doenças mentais dispararam no país. A manchete destaca o seguinte título: *“A DEPRESSÃO E ESTRESSE LIGADOS AO TRABALHO LEVAM A AFASTAMENTO PELO INSS. CONCESSÕES DE AUXÍLIO-DOENÇA PARA EPISÓDIOS DE TRANSTORNOS MENTAIS CRESCERAM 19,6%”*. Os jornalistas Fraga e Borlina (2011) revelam que o mercado de trabalho tornou-se um foco de doenças como depressão e estresse. “Os afastamentos provocados por transtornos mentais e comportamentais, saltaram de 612 casos em 2006 para 12.818 em 2008”. A edição do dia 16/01/2013 do jornal O Globo estampou a seguinte manchete e o respectivo sub-título: *“GASTO DO INSS COM APOSENTADORIA E DOENÇAS ULTRAPASSA R\$ 4 BILHÕES EM 2012. TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS SÃO A SEGUNDA MAIOR CAUSA DE AFASTAMENTO. DEPRESSÃO E ANSIEDADE<sup>21</sup> SÓ PERDEM PARA LESÕES POR ESFORÇO REPETITIVO”*. Uma pesquisa publicada em 2012 revela que os brasileiros usam mais tranquilizantes do que os europeus.

A Proteste realizou uma pesquisa sobre tranquilizantes como ansiolíticos, antidepressivos e hipnóticos, com pessoas de cinco países, para analisar o uso destes medicamentos. E o resultado revelou que a epidemia dos Rivotris, Valiums, Prozac e afins no Brasil é mais grave do que nos demais pesquisados: Bélgica, Itália, Espanha e Portugal. Os brasileiros demonstram um uso

---

<sup>21</sup> Transtornos mentais, como estresse e depressão, afastam do trabalho mais de 200 mil pessoas por ano no Brasil, segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os gastos com auxílio-doença e aposentadoria ultrapassaram R\$ 4 bilhões em 2012. O gasto do INSS com aposentadoria por invalidez aumentou mais de 50% desde 2009 - passou de R\$ 1,6 bilhão para mais de R\$ 2 bilhões em 2012. O número de auxílio doença concedido por transtornos mentais aumentou nos últimos três anos e passou de R\$ 204 mil em 2010 para R\$ 218 mil em 2012 (g1.globo.com, 2012).

crônico significativamente mais alto, principalmente de antidepressivos. Dos entrevistados do país, 45% contaram já ter feito uso desses medicamentos e também declararam ter consumido mais de todas as categorias de remédios no último ano. E 35% dos brasileiros pesquisados apresentam sinais de dependência de ansiolíticos e hipnóticos.

A pesquisa ainda aponta as razões que levam ao uso destes medicamentos:

- 50% Problemas para dormir
- 32% Problemas profissionais (excesso de trabalho, prazos pouco realistas)
- 41% Acontecimentos traumáticos (divórcio, morte, perda de emprego)
- 29% Problemas e conflitos familiares (discussões, problemas com filhos)
- 33% Doenças e problemas de saúde
- 28% Problemas financeiros (dívidas, despesas excessivas)

(Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/brasileiros-usam-mais-tranquilizantes-do-que-europeus-aponta-pesquisa-da-proteste-7430910>)

A atuação do Estado no espaço do trabalho, por muito tempo, teve como fundamento as concepções dominantes sobre a causalidade das doenças. Essas concepções definem-se conforme os diferentes contextos históricos onde surgem ou se mantêm. No Brasil, o tratamento dado às doenças segue os preceitos da Saúde Ocupacional, atuando no estudo das causas de absentismo, na seleção de pessoal e análise das doenças e acidentes ocupacionais. O discurso do governo privilegia a técnica, articulado às relações de poder e ao disciplinamento dos trabalhadores, sustentado por teorias científicas universais e institucionalizado no país nos anos 1970, mediante política adotada pelo Regime Militar que obriga a criação dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, delegando às empresas a tutela da saúde dos trabalhadores. Tal política visa a aumentar a produtividade e a saúde, tendo assim um caráter de razão instrumental para a produção. Dessa forma, a Medicina do Trabalho, centrada na figura do médico, orienta-se pela teoria da unicausalidade, ou seja, para cada doença, um agente etiológico. Essa teoria aplicada ao ambiente do trabalho, vai focalizar em isolar riscos específicos e, dessa forma, atuar sobre suas consequências, medicalizando em função de sintomas e sinais ou, quando muito, associando-os a



uma doença legalmente reconhecida. Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) explicam que

as doenças originadas no trabalho são percebidas em estágios avançados, até porque muitas delas, em suas fases iniciais, apresentam sintomas comuns a outras patologias, torna-se difícil assim, identificar os processos que as geraram, bem mais amplos que a mera exposição a um agente exclusivo. A rotatividade da mão-de obra, sobretudo quando se intensifica a terceirização, representa um obstáculo a mais nesse sentido. A passagem por processos produtivos diversos pode mascarar nexos causais e diluir a possibilidade de estabelecê-los, excetuando-se os mais evidentes e considerada a hipótese remota de exames admissionais que levem em conta a história laboral pregressa, numa perspectiva ainda mais remota de alimentar um processo de vigilância em saúde do trabalhador. A constatação de doenças na seleção da força de trabalho funciona, na prática, como um recurso para impedir o recrutamento de indivíduos cuja saúde já esteja comprometida (Minayo-Gomez e Thedim-Costa, 1997, p.23).

A Saúde Ocupacional fundamentada na Medicina Preventiva visa intervir na saúde dos trabalhadores, considerando as condições de trabalho precedentes, numa visão a-histórica e descontextualizada das relações econômicas, político-ideológicas e sociais que influem nas causas entre trabalho e saúde-doença (MINAYO-GOMEZ & THEDIM-COSTA, 1997). Nessa abordagem, as relações trabalho e saúde-doença parte da idéia cartesiana do corpo como máquina, o qual expõe-se a agentes/fatores de risco. Nessa lógica, as consequências do trabalho para a saúde são resultado da interação do corpo (hospedeiro) com agentes/fatores (físicos, químicos, biológicos mecânicos), existentes no meio (ambiente) de trabalho, que mantêm uma relação externa aos trabalhadores. Daí deriva a importância dos exames admissionais e periódicos, realizados pelos Serviços Especializados de Medicina do Trabalho (SEMT) das empresas, na busca para selecionar os mais aptos e saudáveis, excluindo aqueles que apresentem algum “desvio” da normalidade. Nesse contexto a Saúde Ocupacional pouco tem para contribuir, já que atua sobre indivíduos, privilegiando o diagnóstico e o tratamento dos problemas de natureza orgânica, a partir da visão empirista e positivista trazida da clínica médica. Aqui caberá pouco espaço para a subjetividade do trabalhador.

As relações de poder conformam a Saúde Ocupacional e isso contribui para a alienação e desinformação do trabalhador, facilitando o controle do capital sobre o trabalho. A Saúde Ocupacional assim, avança numa proposta interdisciplinar, com base na Higiene Industrial<sup>22</sup>, relacionando ambiente de trabalho-corpo do trabalhador. Incorpora a teoria da multicausalidade, na qual um conjunto de fatores de risco é considerado na produção da doença, avaliada através da clínica médica e de indicadores ambientais e biológicos de exposição e efeito. Assim, a doença é descontextualizados das razões que se situam em sua origem, e repetem-se, na prática, as limitações da Medicina do Trabalho. As medidas que deveriam assegurar a saúde do trabalhador, em seu sentido mais amplo, acabam por restringir-se a intervenções focadas nos riscos mais evidentes. Então, enfatiza-se a utilização de equipamentos de proteção individual, em detrimento dos que poderiam significar a proteção coletiva; normatizam-se formas de trabalhar consideradas seguras, o que, em determinadas situações, configura apenas um quadro de prevenção simbólica. “Assumida essa perspectiva, são imputados aos trabalhadores os ônus por acidentes e doenças, concebidos como decorrentes da ignorância e da negligência, caracterizando uma dupla penalização” (MACHADO & MINAYO-GOMEZ, 1995 *apud* MINAYO-GOMEZ e THEDIM-COSTA, 1997, p.23).

Em síntese, apesar de avanços significativos no campo conceitual que apontam um novo enfoque e novas práticas para lidar com a relação trabalho-saúde, consubstanciados sob a denominação de Saúde do Trabalhador, depara-se, no cotidiano, com a hegemonia da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional, sobretudo num campo potencialmente ameaçador, onde a busca de soluções quase sempre se confronta com interesses econômicos arraigados e imediatistas, que não contempla investimentos indispensáveis à garantia da dignidade e da vida no trabalho (Minayo-Gomez e Thedim-Costa, 1997, p.23).

---

22 O termo “Higiene Industrial” vem sendo utilizado há muitos anos nos Estados Unidos e Inglaterra, porém, após decisão da Conferência Internacional de Luxemburgo (1986), a expressão “Higiene Ocupacional” tem prevalecido (BRASIL, 2005, p.18).

No Brasil, a situação se agrava pela incapacidade do Estado em assumir efetivamente seu papel de intervir nas empresas. As Delegacias Regionais do Trabalho defendem, em vários estados, a exclusividade de sua competência para fiscalizar os centros produtivos. No entanto, tais inspeções, orientadas por um modelo tradicional, pontuais e técnico-burocratas, incapazes de alimentar um sistema de vigilância em saúde do trabalhador, servem aos seus propósitos conservadores ao não promoverem mudanças significativas. Da mesma forma, os Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho – com algumas exceções, desviam-se da função de reconhecer, avaliar e controlar as causas de acidentes e doenças. “Seus profissionais – assalariados pela empresa e sem respaldo legal para contrariarem seus interesses – restringem-se à adoção de medidas paliativas diante dos riscos mais eminentes” ( MINAYO-GOMEZ e THEDIM-COSTA, 1997, p.23-4). Essa desintegração traduzida em ações fragmentadas, desarticuladas e superpostas de instituições com responsabilidade direta ou indireta na área de saúde, revela a trajetória desastrosa do Estado em sua função de promover a saúde do trabalhador. Por outro lado, a essa forma inconsequente de tratar com a saúde e a vida, junta-se a resistência dos indivíduos em aceitar a condição de doentes, principalmente, a de doentes mentais. O medo de perder o emprego – garantia imediata de sobrevivência – aliado a outras formas de constrangimentos que marcam a vida do trabalhador doente, “afastado” do trabalho, mascara em muitos casos, a percepção dos sinais de comprometimento da saúde ou desloca-os para outras esferas da vida, inibindo ou protelando alguma ajuda para o sujeito. Os efeitos danosos do trabalho em condições adversas é de tal ordem que já faz parte da vivência de trabalhadores, vítimas de doenças e acidentes, mesmo quando não é possível comprovar sua origem na atividade exercida. O problema

revela-se, ainda mais, no número alarmante de casos variados de todas as ordens, mesmo que subnotificados, por razões que vão da omissão à própria falta de responsabilidade e do descaso das empresas, ocasionando uma perda significativa das Comunicações de Acidentes de Trabalho – CAT, das informações constantes nos registros de óbitos e em outros instrumentos capazes de configurar um panorama mais preciso dos impactos do trabalho sobre a saúde e de possibilitar ações mais eficazes de vigilância e intervenção, podendo assim, beneficiar muitos trabalhadores.

A partir de uma reflexão crítica quanto à limitação dos modelos vigentes, está dada as bases para o surgimento de uma nova forma de apreender a relação trabalho-saúde, de intervir nos ambientes de trabalho e assim, poder introduzir, na Saúde Pública, práticas de atenção à saúde dos trabalhadores, em sintonia com as propostas da Reforma Sanitária Brasileira. Configura-se então, um novo paradigma que, com a incorporação de alguns referenciais das Ciências Sociais – particularmente do pensamento marxista –, amplia a visão<sup>23</sup> da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional. Saúde do Trabalhador, portanto, ainda é um campo de conhecimento em construção, que combina um alinhamento de interesses, em determinado contexto e momento histórico, onde é preciso enfrentar e superar as concepções tecnicistas hegemônicas nessa área especializada da medicina e da engenharia. O conflito se torna tenso ao intervir nas empresas. Muitas vezes é preciso recorrer ao Ministério Público para quebrar a resistência de determinadas empresas, pois estas, fortalecidas pelo órgão que tradicionalmente reconhecem para fiscalização, recusam-se a aceitar outros parâmetros de vigilância

---

<sup>23</sup> Na América Latina, nos anos 1970, a emergência dessa formulação teórico-conceitual acompanha-se de nova visão sanitária (LACAZ, 2007).

em saúde do trabalhador. Saúde do Trabalhador é, portanto, uma área em permanente construção, configurada numa trama de relações que reflete – na dinâmica própria dos diversos atores sociais e das lógicas que direcionam sua ação – consciências e vontades individuais e coletivas. Constitui-se, portanto, em área de conflitos e entendimentos formalizados ou articulados no tripé: empresas, trabalhadores e instituições pública. Estas, frente a determinadas situações-problema, articulam-se na busca de identificar sua real origem e na capacidade de negociação para enfrentá-las. O que se busca, na perspectiva trabalhista, não é apenas obter adicional de insalubridade ou periculosidade (“monetarizar riscos”), de instalar equipamentos de proteção, de diagnosticar nexos causais entre o trabalho e a saúde com vistas a obter algum benefício da previdência social. O objetivo principal é chegar às origens dos adoecimentos. O problema é que a fraca representação sindical nos locais de trabalho é um dos entraves mais imediatos nesse sentido. Por isso, obter conquistas nesse campo requer enfrentar um caminho adverso, nesse sentido, a contribuição das instituições acadêmicas é, sem dúvida, indispensável.

### 1.3 NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO

Netto e Braz (2011) dizem que os serviços na economia do capitalismo são controlados pelo grande capital e passam a obedecer a uma lógica industrial: uma industrialização generalizada que invade todos os setores da vida social. É nos novos domínios onde atua que a expansão do capital tem o seu alcance mais extraordinário. Multiplicam-se as indústrias que operam novos materiais gerados pela engenharia molecular, biotecnologia, engenharia genética, nano tecnologia e energias alternativas. É nessas áreas que o capital se afirma com ganhos fabulosos mas sobretudo tendo o controle estratégico dos novos recursos necessários à produção de ponta. Esse controle é garantido, em primeiro lugar, pelo alto grau de concentração e centralização a que chegou a economia mundial. Em segundo lugar e em consequência dessa concentração e centralização, os grupos monopolistas desenvolveram interações novas nas quais a concorrência e a parceria encontram mecanismos de articulação que lhes asseguram *um poder decisório especial* (NETTO e BRAZ, 2011). Por trás dessas articulações, está um restrito círculo de homens e mulheres que constitui uma nova oligarquia, concentradora de um enorme poder econômico e político. “Essas elites orgânicas do grande capital – empresários, executivos, analistas, cientistas, engenheiros, entre outros – realizam a sua política, tomando decisões estratégicas que afetam a vida de bilhões de seres humanos, sem qualquer conhecimento ou participação destes” (NETTO e BRAZ, 2011, p. 235).

A política que vem sendo conduzida por essas “elites orgânicas” desde os anos setenta do último século, passou a operar-se também através das instituições, agências e entidades de caráter supranacional, como o FMI - Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e organismos vinculados à Organização das Nações

Unidas (ONU). Assim, além dos seus dispositivos próprios, o grande capital vem instrumentalizando diretamente a ação desses órgãos para implementar as estratégias que lhe são adequadas (NETTO e BRAZ, 2011, p. 234-5). A estratégia do grande capital, em escala mundial, visa derrubar todas as barreiras sociopolíticas e não somente as relativas ao trabalho, por isso as corporações monopolistas se empenham na inteira desregulamentação das atividades econômicas. Os capitalistas querem destruir qualquer impedimento aos seus movimentos. Para legitimar essa estratégia, o grande capital articulou e patrocinou a divulgação sistemática do conjunto ideológico que difundiu-se pelo mundo e é conhecido como **neoliberalismo**.

As ideias neoliberais, profundamente conservadoras, surgem em 1940, formuladas por Friedrich Hayek<sup>24</sup> em seu livro *O caminho da servidão*. É uma reação contra a política keynesiana<sup>25</sup>, contra a ampliação das funções reguladoras do Estado na vida social, em defesa do livre jogo do mercado. A ideologia neoliberal concebe o homem como um ser *possessivo, competitivo e calculista*, faz uma concepção de sociedade fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção de liberdade condicionada ao mercado. Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições que limitam a sua liberdade de movimento (NETTO e BRAZ, 2011, p.

---

<sup>24</sup> Friedrich August von Hayek (1899 -1992), economista austríaco, destacou-se por ter sido um dos principais pensadores liberais do século XX. Ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1974. Hayek deu grande contribuição não só à área econômica, mas também aos campos da filosofia política e do direito. Destacam-se, entre outras obras, *O Caminho da Servidão*(1944). Suas ideias serviram de base ideológica para o neoliberalismo (Fonte: [www.arcos.org.br](http://www.arcos.org.br)).

<sup>25</sup> O keynesianismo é uma teoria econômica do começo do século XX, baseada nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que defendia a ação do Estado na economia. O keynesianismo foi usado durante as crises que ocorreram no século XX. Nos Estados Unidos foi a doutrina econômica que deu suporte ao plano *New Deal*, voltado para tirar a economia norte-americana da profunda crise de 1929 (Grande Depressão). Os países europeus no final da Segunda Guerra Mundial, também recorreram aos fundamentos do keynesianismo para tirar suas economias da crise. Nesta situação era fundamental à interferência do Estado, para promoção do desenvolvimento econômico e social. (Fonte: [www.suapesquisa.com/economia/keynesianismo.htm](http://www.suapesquisa.com/economia/keynesianismo.htm))

236). Iamamoto (2011) informa que com a crise dos anos 1970, as ideias neoliberais são aceitas como “a grande saída”. Assim, defendem a desarticulação do poder sindical, como condição de possibilitar a redução salarial, aumentar a competitividade entre os trabalhadores e impor a política de ajuste monetário. “Essas medidas têm por fim enfraquecer o poder dos sindicatos, tornar possível a ampliação da taxa *natural* de desemprego, implantar uma política de estabilidade monetária e uma reforma fiscal que reduza os impostos sobre as altas rendas e favoreça o aumento das taxas de juros, preservando os rendimentos do capital financeiro” (IAMAMOTO, 2011, p. 34).

Soares (2003) diz que as políticas de ajuste fazem parte de um movimento de *ajuste global*, que se desenvolve num contexto de globalização financeira e produtiva. Esse processo de ajuste global na economia mundial tem como característica um rearranjo da hierarquia das relações econômicas e políticas internacionais, baseado em uma *doutrina neoliberal*, cosmopolita, elaborada no centro financeiro e político do mundo capitalista. As políticas de corte neoliberal – apresentadas em 1990 pelo economista norte-americano John Williamson<sup>26</sup> no chamado “Consenso de Washington<sup>27</sup>” – caracterizam-se por um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e

---

<sup>26</sup> John Williamson, economista, nasceu na Inglaterra em 1937. Um de seus feitos mais conhecidos foi cunhar, no fim da década de 80, o termo *Consenso de Washington* para designar um conjunto de ideias em favor da economia de mercado adotado com fervor por vários países em desenvolvimento. (Fonte: <http://veja.abril.com.br/061102/entrevista.html>)

<sup>27</sup> O *Consenso de Washington* foi o resultado de uma reunião feita em 1989 na capital dos Estados Unidos com o governo americano, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O encontro tinha como objetivo realizar uma avaliação das reformas econômicas feitas pelos países da América Latina. Houve amplo *consenso* em relação a excelência das reformas realizadas. A mensagem neoliberal do Consenso de Washington acabou por seduzir diversas elites políticas, empresários e intelectuais da região como receituário de modernidade econômica. Assim, os países da América Latina deveriam se modernizar através da abertura de suas economias para o mercado estrangeiro, “modernização pelo mercado” (Fonte: [http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opinioao/esp\\_1350/o+consenso+de+washington+.shtml](http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opinioao/esp_1350/o+consenso+de+washington+.shtml)).



econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes. Enfim, essas reformas estruturais de cunho neoliberal, centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado, são medidas recomendadas pelo Banco Mundial que ganham força de doutrina constituída, aceita praticamente por todos os países. A autora finaliza observando que o *ajuste neoliberal* não é apenas de natureza econômica, pois faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais (SOARES, 2003, p.19).

Netto e Braz (2011) vão mais além afirmando que a partir dos anos oitenta do século XX, as reformas preconizadas pelo grande capital, na verdade são um enorme processo de contrarreformas, destinado à eliminação ou redução dos direitos e garantias sociais. A ideologia neoliberal, sustentando a necessidade de “diminuir” o Estado, justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as *dimensões democráticas* da intervenção do Estado na economia. Contudo, os representantes dos monopólios sabem que a economia capitalista não pode funcionar sem a intervenção do Estado. Por isso, o grande capital continua demandando a intervenção estatal na proteção dos seus mercados consumidores, na garantia de acesso privilegiado – via contratos públicos em setores estratégicos – na obtenção de incentivos fiscais, no apoio e assistência regulatória (comercial, diplomática, política e cobertura militar) (DREIFUS *apud* NETTO e BRAZ, 2011, p. 237). Como se vê, o objetivo realmente do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que atendem os direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um

“Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um *Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital* (grifo dos autores).

A investida do grande capital às dimensões democráticas começou tendo por alvo a regulamentação das relações de trabalho e avançou no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade social. De início o ataque é contra os trabalhadores, tendo como alvo o movimento sindical, um dos suportes do sistema de regulação social. O capital responsabiliza os gastos públicos com as garantias sociais e a queda das taxas de juros às despesas salariais. Medidas legais restritivas são criadas e aprovadas para reduzirem o poder de intervenção do movimento sindical. E a ofensiva do grande capital prosseguiu,

estendendo-se à intervenção do Estado na economia: o grande capital impôs “reformas” que retiraram do controle estatal empresas e serviços, trata-se do **processo de privatização**, mediante o qual o Estado entregou ao grande capital, para exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros e serviços de primeira importância. (NETTO e BRAZ, 2011, p. 238)

Essa grande transferência de riqueza social, construída com recursos gerados pela massa da população, para o controle de grupos monopolistas ocorreu nos países centrais e também especialmente nos países periféricos, onde significou uma profunda *desnacionalização* da economia e se realizou em meio a negociações, muitas vezes, corruptas. Através da chamada *globalização*, o grande capital implementa uma *desregulamentação universal*, que vai muito além da “desregulamentação” das relações de trabalho. “O objetivo declarado dos monopólios é garantir uma plena liberdade em escala mundial, para que os fluxos de mercadorias e capitais não sejam limitados por quaisquer dispositivos” (NETTO e BRAZ, 2011, p. 238). No Brasil, as políticas econômicas e sociais do projeto neoliberal, passaram a ser implementadas com o governo de Fernando Collor de Mello e, posteriormente, intensificadas por Fernando Henrique Cardoso. Com a eleição de Fernando Collor para a presidência, em 1989, oficializava-se a vitória

política do *neoliberalismo no Brasil*, pois o grupo político que sustentou sua candidatura se mostrou amplamente comprometido com o projeto liberal-conservador. Entretanto, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) que se estabeleceu a maior parte do receituário neoliberal no país. Ele defendia a ideia de que a principal questão a ser resolvida no país era a superação do modelo de desenvolvimento implantado pelo presidente Getúlio Vargas. O grande desafio seria então reformar o Estado, restringindo seu papel ao de regulador da economia. Foi durante o seu governo que entrou em pauta o programa de privatizações de empresas estatais, a quebra do monopólio estatal sobre o petróleo e telecomunicações; e ganhou dimensão a discussão sobre a flexibilização das leis trabalhistas. Mais adiante, se observaram a liberalização comercial e a reforma da previdência, além de tantas outras questões, que assinalavam o espírito de implantação do neoliberalismo no país (FERRER, 2012, p.4). Desde o início da década de 1990, a condução da política brasileira esteve claramente em convergência com o ideário neoliberal. A intensificação da circulação financeira, a abertura ao mercado internacional, uma marcante desvalorização cambial, intenso processo de privatização e medidas voltadas à estabilização monetária, são políticas voltadas à inserção econômica do país no contexto da nova ordem: a mundialização do capital financeiro. A adoção destas medidas faz parte de uma estratégia global de modernização liberal, que procura seguir as regras estabelecidas pelo “Consenso de Washington” (CARCANHOLO *apud* FERRER, 2012, p.4). No entanto, ao contrário do Brasil, a China e a Índia adotaram tais medidas de forma restrita e gradativa. Nesses países, o investimento de grupos econômicos internacionais foi feito em parceria com empresas nacionais (Fonte: [www.nethistoria.com.br](http://www.nethistoria.com.br), 2014).

Netto e Braz (2011) dizem que a mais importante das transformações por que vem passando a economia do imperialismo, nesta sua terceira fase ainda em desenvolvimento, consiste no processo apontado como **financeirização do capital**, iniciado na década de 1970. David Harvey (2004) diz que ela foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. “Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívidas que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, decorrente de manipulações do crédito e das ações” (HARVEY *apud* NETTO e BRAZ, 2011, p. 240). A financeirização do capital baseia-se na grande concentração do sistema bancário e financeiro, propiciado pelos recursos informacionais. No final do século XX, menos de trezentos bancos globais controlavam as finanças internacionais. A financeirização resulta da superacumulação e da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registrada entre os anos de setenta e oitenta. Na medida em que “o capitalismo é um sistema econômico que prefere não produzir em vez de produzir sem lucro” (HUSSON *apud* NETTO e BRAZ, 2011, p.241), compreende-se que uma grande massa de capital ficou disponibilizada sob a forma de capital-dinheiro. Uma parte desse capital foi investido na produção – no setor de serviços – porém a maior parte permaneceu no circuito da circulação buscando valorizar-se nesta esfera (NETTO e BRAZ, 2011). A existência de uma certa massa de capital sob a forma de capital dinheiro é indispensável à dinâmica do capitalismo e essa massa é remunerada através dos juros. Assim, um segmento de capitalistas passou a viver exclusivamente desse capital que conservam sob a forma monetária – são os chamados capitalistas rentistas – que não se responsabilizam por investimentos

produtivos. “O que vem se passando no capitalismo contemporâneo é o *fabuloso crescimento* (em função da superacumulação e da queda das taxas de lucros) *dessa massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente*, mas que aumenta seus ganhos com os juros da mais-valia global. Ou seja, trata-se de uma *sucção parasitária*” (NETTO e BRAZ, 2011, p. 242).

Exemplos que ilustram essa prática podem ser constatados em reportagens publicadas diariamente nos jornais brasileiros. A matéria publicada pelo jornal O Globo do dia 26 de agosto de 2014, estampa em manchete o seguinte título: JUROS AO CONSUMIDOR CHEGAM A 43,2% AO ANO E ATINGEM MAIOR NÍVEL DESDE 2011. Seguida do subtítulo: INADIMPLÊNCIA TAMBÉM SUBIU EM JULHO E CHEGOU A 6,6% ENTRE PESSOAS FÍSICAS. A matéria revela que apesar do esforço da equipe econômica para estimular o crédito no país, dados do Banco Central mostram que os bancos concederam menos empréstimos e com juros recordes. A taxa cobrada da pessoa física aumentou para 43,2% ao ano em julho: a maior desde quando a autoridade monetária passou a registrar os dados em 2011 [...]. Além disso, a reportagem revela que o nível de calote voltou a subir no Brasil. Entre as modalidades de crédito pesquisadas, o cheque especial continuou a registrar taxa recorde, com o aumento para 172,4% ao ano [...]. Em novembro de 2014, os juros bateram um recorde: 242% ao ano. O cenário não é apenas de ritmo menor para o crescimento dos empréstimos, mas também de custo maior. No caso de empréstimos para as famílias com recursos livres, os bancos cobram 31,7 pontos percentuais a mais do que o custo original do dinheiro. Segundo o BC (2014), houve queda de 4% nas concessões de novos empréstimos em julho. Foram fechados R\$ 306,4 bilhões em contratos novos. A baixa é pior no caso das empresas. (fonte:<http://oglobo.globo.com/economia> – acessado em 26 de agosto de 2014). A

mesma edição desse jornal traz uma reportagem sobre outro problema enfrentado pelas famílias. A matéria apresentava o título: PERCENTUAL DE FAMÍLIAS ENDIVIDADAS É O MAIOR DESDE JULHO DE 2013, APONTA CNC. O texto informava que a parcela de brasileiros endividados cresceu em agosto, alcançando o maior patamar desde julho de 2013, subindo para 63,6% nas cidades pesquisadas, segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor feita pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). Outro índice que aumentou foi o das pessoas com dívidas ou contas atrasadas. [...] A parcela de inadimplentes dentro do grupo que recebe até dez salários mínimos ficou estável em relação a 2013 (64,8%). O cartão de crédito foi apontado por 75,8% das famílias como seu principal tipo de dívida. Conforme estudo da Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) realizado em 2014, mostra que “quase 60% dos brasileiros voltam à inadimplência um ano após quitar dívida. A pressão da inflação e juros em alta dificultam a quitação de débitos”. A pesquisa ainda aponta que a taxa de juros e a renda das famílias têm impacto direto na inadimplência. Segundo as matérias publicadas o total de inadimplentes é recorde no país: 57 milhões de pessoas. No entanto, o governo está liberando mais crédito (*sic*) com “juros reduzidos” para a população. (Fonte:<http://oglobo.globo.com/economia>).

O capitalismo contemporâneo também registra o brutal crescimento do *capital fictício*<sup>28</sup>. A financeirização do capitalismo tornou-se predominantemente especulativa. Os rentistas e os possuidores de capital fictício extraem ganhos sobre valores frequentemente *imaginários*. Netto e Braz (2011) citam uma descrição de Harvey que ilustra muito bem a situação:

---

<sup>28</sup> Entende-se por capital fictício “as ações, as obrigações e os outros títulos que não possuem valor em si mesmo. Representam apenas um título de propriedade, que dá direito a um rendimento”. Tem caráter nitidamente especulativo, ou seja: *não guarda a menor correspondência com a massa de valores reais* (KOSLOV *apud* NETTO e BRAZ, 2011).

Os escândalos corporativos se sucediam em cascata e impérios empresariais aparentemente sólidos se dissolviam literalmente da noite para o dia. Erros contábeis (bem como a corrupção pura e simples) [...] estavam desmoralizando Wall Street e as ações e outros ativos estavam despencando. Os fundos de pensão perderam entre um quarto e um terço do seu valor – quando não evaporaram de vez.[...] (HARVEY *apud* NETTO e BRAZ, 2011, p. 242)

Esses ganhos financeiros além de fazerem a riqueza rápida dos especuladores, reforçam a percepção falsa e socialmente danosa de que a esfera da circulação gera valores e é independente da esfera produtiva. “Tais ganhos generalizam a ideia de que a conversão de **D** em **D'** se opera sem a mediação da produção; na verdade, conduz-se ao limite a fetichização do dinheiro, como se ele tivesse a faculdade de se reproduzir ampliadamente a si mesmo” (NETTO e BRAZ, 2011, p.243). As finanças passaram a constituir o sistema nervoso do capitalismo – nelas se concentram, particularmente, a instabilidade e os desequilíbrios da economia dessa fase do estágio imperialista. A oligarquia que controla as finanças mundiais dispõe de um poder que desafia a soberania dos Estados nacionais e a autoridade dos seus bancos centrais. Ataques especulativos nesse mercado, dirigidos contra moedas nacionais, arruinam economias inteiras. O Brasil em 1998 foi o alvo quando perdeu US\$ 45 bilhões das suas reservas e desvalorizou o real (NETTO e BRAZ, 2011, p. 243). Um outro exemplo recente que ilustra bem a sagacidade dos capitalistas rentistas é o caso dos chamados *fundos abutres* que ganharam da Argentina uma milionária disputa na Justiça americana para receber integralmente o valor da dívida de bônus em moratória compradas a preço de lixo. Esses papéis são propriedade de poderosos magnatas com destreza magistral para fazer dinheiro com países e empresas em crise. Os *acusados* pela Argentina de extorsão compraram bônus em moratória do país sul-americano há quatro anos com o objetivo de concretizar nos tribunais um negócio milionário. Compraram em 2008 títulos da moratória em 2001 por um valor nominal de US\$ 428 milhões, mas na

realidade pagaram por esses papéis, considerados "lixo" no mundo financeiro, muito menos do que isso, cerca de US\$ 0,30 ou 0,40 para cada US\$ 1 nominal do título, segundo o governo argentino<sup>29</sup>.

Os capitais especulativos têm a capacidade de demolir inteiras economias nacionais. "Para se ter ideia da enormidade das suas dimensões comparamos duas cifras: a do comércio mundial, da ordem de 3 bilhões de dólares ao ano e a dos movimentos internacionais de capitais voláteis, da ordem de 80 a 100 bilhões. Trinta vezes mais importante!" (AMIN *apud* NETTO e BRAZ, 2011). A dívida externa dos países periféricos e dependentes ganhou a dimensão que hoje possui a partir de meados dos anos setenta do século XX. Na época, foram oferecidos vultosos empréstimos a juros variáveis. A dívida cresceu de forma absurda e aos credores não interessava senão o pagamento dos juros. O caso latino-americano é emblemático: se, em 1975, a dívida externa de nossos países era estimada em 300 bilhões de dólares, em 2005 ela chegava a 730 bilhões – apesar de, no mesmo período, nossos países terem pago um total de 1 trilhão de dólares. Nos últimos trinta anos, os países dependentes e periféricos tornaram-se exportadores de capital para os países centrais. Segundo o sociólogo mexicano Pablo González Casanova, entre 1972 e 1995, *o volume dos excedentes transferidos da periferia capitalista para o capitalismo central "chegou à fabulosa cifra de 4,5 trilhões de dólares* (Borón *apud* Netto e Braz, 2011: p. 245).

---

<sup>29</sup> Atualmente, a Argentina tem uma dívida avaliada em US\$ 15 bilhões, conforme dados do próprio governo argentino (Fonte: <http://economia.uol.com.br/noticias>).



#### 1.4 REFORMA DO ESTADO

As reformas que ocorreram no Brasil não se limitaram às empresas. O Estado também se reestruturou, redefinindo-se enquanto expressão das disputas entre as diversas classes e frações de classe. Assim como também refuncionalizou-se para atender os interesses do grande capital. A necessidade da reforma do Estado deve ser considerada como parte de um processo mundial de reestruturação capitalista – um processo histórico e conjuntural – iniciado após a crise do capital na década de 1970. Porém, a ideia de racionalização da administração pública no Brasil não é recente, já estava presente na primeira reforma da administração pública nos anos 1930. Com a implantação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1936, inseriu-se os princípios da administração burocrática clássica no Brasil. Porém, a perspectiva reformadora do DASP não atingiu o objetivo de uma administração pública moderna, ágil e eficiente (PDRE/MARE,1995). Muito tempo depois, houve uma tentativa de reforma gerencial da administração pública por meio do Decreto nº 200 de 1967. “Esse Decreto-Lei foi uma tentativa de superação da rigidez burocrática, podendo ser considerado como um primeiro momento da administração gerencial no Brasil” (PEREIRA, 1998, p.11). Através da flexibilização de sua administração, buscava-se uma maior eficiência nos serviços e nas atividades econômicas do Estado, e se fortalecia a articulação política entre os altos escalões da tecnoburocracia estatal, civil e militar, e também a classe empresarial. Pereira (1998) diz que o Decreto-Lei nº 200 teve duas consequências indesejáveis. De um lado, ao permitir a contratação de empregados sem concurso público, facilitou e manteve velhas práticas patrimonialistas. De outro lado, ao não se preocupar com mudanças no âmbito da administração direta ou central, vista como

“burocrática” ou rígida, deixou de realizar concursos e de promover carreiras de altos administradores.

A análise do Estado no contexto da crise do capital, em sua relação com a sociedade civil, deve considerar que ele modificou-se ao longo da história, cumprindo seu papel da reprodução social do trabalho e do capital. E manteve uma direção política com consciência de classe: a hegemonia burguesa, expressando a correlação de forças na sociedade civil (BEHRING, 2008). Com o desmonte do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), emerge com muito fôlego nos anos 1980 o projeto neoliberal. A resposta neoliberal para a crise, centrou-se na redução do papel desempenhado pelo Estado e na ampliação e liberação do mercado econômico, com muitos desdobramentos. Filgueiras (2006) diz

o processo de desregulamentação – com a quebra dos monopólios estatais em vários setores da economia – juntamente com o processo de privatização das empresas públicas, reduziu bastante a presença do Estado nas atividades diretamente produtivas, fortalecendo grupos privados nacionais e estrangeiros – dando origem a oligopólios privados, redefinindo a força relativa dos diversos grupos econômicos e enfraquecendo grupos políticos regionais tradicionais; além de permitir demissões em massa e enfraquecer os sindicatos (FILGUEIRAS, 2006, p.194).

Behring (2008) diz que a ofensiva da burguesia nos anos 1980 e 1990 até os dias de hoje, objetiva a recuperação e manutenção das taxas de lucro de décadas anteriores, e ocorre em três direções centrais, com muitos desdobramentos:

a *reestruturação produtiva* (visto na primeira parte deste trabalho) e a recomposição da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva como uma condição imprescindível, com mudanças nas condições gerais e na correlação de forças da luta de classes; a *mundialização do capital*, que leva a alterações das estratégias empresariais de busca de superlucros e na financeirização do capital; e ainda na *contra-reforma neoliberal*, que – segundo a autora – atingiu os Estados nacionais, tencionados pela dinâmica internacional e pela crise do pacto social dos anos de crescimento, estes últimos marcados pela extensão dos direitos e políticas sociais e pelo compromisso com o “pleno emprego” fordista-keynesiano (BEHRING, 2008, p.196).

A sociedade civil é vista como território das relações econômicas e sociais privadas, da luta de classes, da disputa de hegemonia e da contradição. Essa

dinâmica da sociedade civil tem reflexos no Estado, os quais são mediados pelas suas instituições e quadros técnicos, mas mantendo a sua direção de classe. “Assim, Estado e sociedade civil compõem uma totalidade, donde não se pode pensar o Estado sem a sociedade civil e vice-versa” (BEHRING, 2008, p.176). A autora não concorda com a tese segundo a qual o Estado seria o âmbito do bem-comum e árbitro de conflitos que emergem da sociedade civil. “Da mesma forma, rejeita a *satanização* neoliberal do Estado como o símbolo da ineficiência e da corrupção; e também nega o *rótulo* da sociedade civil como local privilegiado da realização do bem e da efetividade, ideologia amplamente difundida em tempos de neoliberalismo” (BEHRING, 2008).

Bresser Pereira (1998) diz: a reforma do Estado que se tornou tema central nos anos 90 em todo o mundo é uma resposta ao processo de globalização, que reduziu a autonomia dos estados de formular e implementar políticas, e principalmente à crise do Estado, que começa a se delinear em quase todo o mundo nos anos 70, mas que só assume plena definição nos anos 80. No Brasil, a reforma do Estado começou nesse momento, em meio a uma grande crise econômica, que chega ao auge em 1990 com um episódio hiperinflacionário. A partir de então a reforma do Estado se torna inevitável. No entanto, Perry Anderson (1995) revela uma outra história. Ao fazer um balanço do neoliberalismo na América Latina, ele faz uma revelação *bombástica*, ao relatar um episódio ocorrido no Rio de Janeiro:

Recordo-me de uma conversa que tive no Rio de Janeiro, em 1987, quando era consultor de uma equipe do Banco Mundial e fazia uma análise comparativa de 24 países do Sul, no que tocava a políticas econômicas. Um amigo neoliberal da equipe, sumamente inteligente, economista destacado, grande admirador da experiência chilena sob o regime de Pinochet, confiou-me que o problema crítico do Brasil durante a presidência de Sarney não era uma taxa de inflação demasiado alta – como a maioria dos funcionários do Banco Mundial tolamente acreditava –, mas uma taxa de inflação demasiado baixa. “Esperemos que os diques se rompam”, ele disse, “precisamos de uma hiperinflação aqui, para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país” (ANDERSON, 1995, p.21).

O que aconteceu logo depois que a comitiva foi embora está registrada na história do Brasil: a hiperinflação chegou e causou um estrago grande na vida de milhões de brasileiros. Ou seja, estavam criadas as condições ideais para a implementação das políticas neoliberais em nosso país.

Em meados da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a ideia de reformar<sup>30</sup> o Estado ganha força. A reforma do aparelho do Estado materializou-se no Plano Diretor da Reforma do Estado, preparado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, aprovado em setembro de 1995 pela Câmara da Reforma do Estado (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995). O Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE/MARE,1995), o documento orientador das mudanças no âmbito do Estado brasileiro nos últimos anos é apontado por Behring (2003) como uma *contrarreforma* do Estado (BEHRING, 2003 *apud* BEHRING, 2008).

De acordo com o Plano Diretor (1995) existe uma diferença entre a reforma do Estado da reforma do *aparelho* do Estado. O aparelho<sup>31</sup> do Estado é constituído pelo governo, isto é, pela cúpula dirigente nos Três Poderes, por um corpo de funcionários e pela força militar. O Estado, por sua vez, é mais abrangente que o aparelho, porque compreende também o sistema constitucional-legal, que regula a população nos limites de um território. O Estado é a organização burocrática que tem o monopólio da violência legal, é o aparelho que tem o poder de legislar e tributar a população de um determinado território. Assim, a reforma do Estado é um projeto amplo que diz respeito as várias áreas do governo e, ainda, ao conjunto da

---

<sup>30</sup> A reforma proposta tinha como objetivos, a curto prazo, promover o ajuste fiscal, principalmente nos estados da federação e nos municípios, e a médio prazo, transformar a administração pública brasileira em uma administração gerencial (PDRE/MARE,1995).

<sup>31</sup> Conforme o documento, entende-se por aparelho do Estado a administração pública em sentido amplo, ou seja, a estrutura organizacional do Estado, em seus três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e três níveis: União, Estados membros e Municípios (PDRE/MARE,1995, p.12).

sociedade brasileira, enquanto que a reforma do aparelho do Estado tem uma abrangência mais restrita pois, está orientada para tornar a administração pública mais eficiente e mais voltada para a cidadania (PDRE/MARE,1995, p.12). O receituário do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado sinaliza como inadiáveis para a estruturação do Estado brasileiro as seguintes diretrizes:

(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (PDRE/MARE, 1995, p.11).

Conforme Pereira (1998) e Cardoso (1995) a centralidade do Plano Diretor foi promover a transição de uma administração burocrática para uma administração gerencial. Porém, vinte anos depois os problemas estruturais, enfrentados pelo Estado e pela economia brasileira continuam. A reforma do Estado estabelecida pelo Plano Diretor representou um ataque à Constituição de 1988, principalmente ao princípio da Seguridade Social e ao funcionalismo público. “Construiu-se uma idéia de reforma sustentada em orientações econômicas, com funções do Estado sendo transferidas para o mercado [...] e reduziu-se direitos sociais com a reforma previdenciária, pois ao se incentivar os planos de previdência complementar (privados) transforma-se direitos em mercadorias” (OLIVEIRA, 2011, p.142). No Plano Diretor da Reforma do Estado, Fernando Henrique Cardoso (1995), reitera os argumentos de que a crise brasileira da última década foi uma *crise do Estado*, o qual se desviou de suas funções básicas, e por isso, ocorreram a deterioração dos serviços públicos, o agravamento da crise fiscal e a inflação. Trata-se, para ele, de fortalecer a ação reguladora do Estado numa economia de mercado, especialmente os serviços básicos e de cunho social. O Estado brasileiro é caracterizado como

rígido, lento, ineficiente e sem memória administrativa (FHC, 1995). A “reforma” passaria por transferir para o setor privado atividades que podem ser controladas pelo mercado, a exemplo das empresas estatais. Outra forma é a descentralização para o “setor público não estatal”, de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados por ele, como: educação, saúde, cultura e pesquisa científica. “Assim, o Estado reduz a prestação direta de serviços mantendo-se como regulador e provedor. Reforça-se a governança por meio da transição de um tipo rígido e ineficiente de administração pública para a administração gerencial, flexível e eficiente” (BEHRING, 2008, p.176).

Na verdade, trata-se de uma verdadeira contrarreforma (BEHRING, 2003) e esta vai adquirir maior ou menor profundidade, conforme as escolhas políticas dos governos em sua relação com as classes sociais em cada espaço nacional. Behring (2008) critica a explicação da crise contemporânea como crise *do* ou *localizada no Estado*. Diz ela: “Aí estão indicadas suas causas e suas saídas, o que expressa uma visão unilateral e monocausal da crise contemporânea, metodologicamente incorreta e que empobrece o debate” (BEHRING, 2008, p.196). A perspectiva crítica de análise sustentada pelo marxismo considera que as mudanças em curso passam por uma reação do capital ao ciclo depressivo aberto no início dos anos 70 (MANDEL, 1982 e HARVEY, 1993 *apud* BEHRING, 2008), que pressiona por uma refuncionalização do Estado, a qual corresponde a transformação no mundo do trabalho e da produção, da circulação e da regulação. A “reforma do Estado”, tal como está sendo conduzida, é a versão brasileira de uma estratégia de **inserção passiva** (FIORI, 2000 *apud* BEHRING, 2008, p.196) e a **qualquer custo** na dinâmica internacional e representa **uma escolha político-econômica**, não um caminho natural diante dos imperativos econômicos. “Trata-se de uma escolha, bem

ao estilo de condução das classes dominantes brasileiras ao longo da história” (BEHRING, 2008, p.196). Netto (1991) diz que nada está aí por acaso, tudo é uma questão de escolha e no caso brasileiro, foram as piores possíveis. Ele relembra que no período do golpe de 1964, os atores sociais buscavam alternativas para articular um arranjo político-econômico que sustentasse a consecução do padrão de desenvolvimento já em prática no Brasil. Ele diz que “o desfecho de abril foi a *solução política* que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um *pacto contra-revolucionário*” (NETTO, 1991, p.24.5). O seu significado político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares. *O que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político* (grifo do autor). “O movimento cívico-militar de abril foi inequivocamente *reacionário* – resgatou precisamente as piores tradições da sociedade brasileira” (NETTO, 1991, p.25).

Teixeira (2009) explica que há processos de transição para a modernidade que se dão pelo alto, resultado do acordo entre frações das classes dominantes, e que têm como objetivo principal a exclusão de qualquer protagonismo das classes subalternas. “São transições que, ao mesmo tempo que introduzem novidades, mantêm muitos elementos da velha ordem: o novo surge na história marcado por uma profunda conciliação com o velho” (TEIXEIRA, 2009, p.47-8). Para muitos autores, o conceito de *revolução passiva* pode ser encontrado na análise dos processos de transição ocorridos na história do Brasil. Segundo eles, o nosso país tornou-se um país que tem sua formação social marcada por processos de transformação pelo alto, verdadeiras revoluções passivas. Assim ocorreu em 1822, quando o Brasil tornou-se independente, resultado de um arranjo das elites. A Proclamação da República em 1889, marcada por um golpe militar apoiado pelas

classes dominantes. A chamada Revolução de 1930, um movimento político-militar que instituiu no Brasil um modo de produção especificamente capitalista. Também a ditadura civil-militar, instaurada em 1964 e que durou até 1985. Em todos esses movimentos não houve a participação massiva do povo, por isso, eles tem características de verdadeiras revoluções passivas (TEIXEIRA, 2009, p.49).

Outro ponto fundamental é a flexibilização das relações de trabalho. Behring (2008) diz que um pressuposto clássico e sempre importante para a recuperação das taxas de lucro é a subsunção/exploração do trabalho pelo capital, no sentido da extração da mais valia (*visto anteriormente*). Um elemento fundamental para criar as condições políticas e ideológicas para a obtenção de superlucros tem sido o discurso e as estratégias para a retomada da competitividade, o que só seria possível a partir de uma queda dos custos dos fatores de produção. Dentre estes, coloca-se em questão, o “custo” do trabalho em todas as partes do mundo capitalista (BEHRING, 2008, p.214). Ainda, diante dessa questão, a resposta para a redução de custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação destas relações, inclusive no que se refere à questão de proteção social, com a redução dos encargos sociais.

Seguindo essa lógica, um pressuposto para a implementação de medidas de natureza claramente regressiva para os trabalhadores seria atacar o movimento organizado. Dessa feita, também operam estratégias de *passivização* dos trabalhadores, com o objetivo de destruir sua identidade de classe. Como exemplo, a situação de desemprego é explicada pela ausência de qualificação dos trabalhadores – e até por má vontade, inaptidão ou preguiça (MATTOSO, 1999), fenômeno da responsabilização dos trabalhadores pela crise e não por uma condição estrutural do capitalismo no qual não há emprego para todos (BEHRING,



2008, p.214). Para Mattoso (1996) “setores dos trabalhadores, pressionados por essa forma predatória de reestruturação, pelo crescente desemprego, pela precarização das condições de trabalho, também desfocaram sua ação e colocaram-se na defensiva” (MATTOSO, 1996 *apud* BEHRING, 2008), Mattoso conclui que o projeto de flexibilização do governo não aponta para a formalização do emprego, mas para redução dos custos de demissão, já baixos no país. “Ele ainda denuncia uma elite doméstica antinacional, cujas opções paralisaram e desarticularam as possibilidades da economia brasileira, o que resultou no aprofundamento do desemprego” (BEHRING, 2008, p.214).

Em relação as privatizações, a autora ressalta que elas foram e são uma estratégia decisiva à submissão do Brasil à lógica mundial do capital; articulada as intervenções no plano fiscal, favorecem segmentos determinados do capital nacional em forte articulação com a especulação financeira internacional<sup>32</sup>. O governo brasileiro empreendeu um dos programas “mais ambiciosos do mundo” e também o mais destrutivo. Braga e Prates (1998) afirmam que a privatização e internacionalização do sistema bancário foram uma escolha e não uma inexorabilidade. Os autores lembram que os países desenvolvidos não permitiram tamanha participação estrangeira no setor bancário (BRAGA e PRATES, 1998 *apud* BEHRING, 2008, p.244). O fato é que o programa reformista implementado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso baseou-se em uma escolha pelo projeto neoliberal, primou pela privatização dos bens públicos e redução do papel do Estado. Os funcionários públicos foram apontados como os responsáveis pelo mau funcionamento da máquina do Estado e a reforma da administração pública é tida

---

<sup>32</sup> O Brasil é um país cuja história é marcada por uma presença profunda do capital internacional desde o período colonial. O investimento externo direto encontrou sempre um ambiente propício e liberal no país (BRAGA e PRATES, 1998 *apud* BEHRING, 2008, p.244).

como a solução para os problemas e imperfeições históricas do Estado brasileiro. “O Plano Diretor da Reforma do Estado fomentou a depreciação do setor público e superdimensionou o mercado financeiro” (OLIVEIRA, 2011, p.144).

A administração gerencial proposta no Plano de Reforma, em nome da eficiência e da produtividade, legitima práticas bárbaras contra os trabalhadores do Estado em todas as esferas. Ainda que exista o Regime Jurídico Único, lei nº 8.112, criada para dar estabilidade e segurança aos funcionários públicos, estes estão submetidos à uma lógica insana e altamente nociva à saúde mental. A avaliação e o desempenho tornaram-se verdadeiras obsessões das chefias e departamentos do serviço público. Com isso, cresce o número de casos de assédio moral nas empresas estatais. Surgem problemas como o estresse e outros de natureza mental, propiciados por uma intensa pressão sobre o servidor público. Dessa forma, a segurança que o servidor tem em trabalhar nas empresas estatais é abalada e comprometida. Na proposta de reforma são criadas duas novas causas para demissão no funcionalismo público, além da falta grave: a demissão por *insuficiência de desempenho* e a exoneração por excesso de quadros. Conforme Pereira (1998) “estas mudanças não se fazem apenas para atender o interesse público e o da cidadania, mas também em benefício do funcionário”(sic) (PEREIRA, 1998, p.27-8).

## 2 NOVO CENÁRIO: IMPACTOS NA VIDA DO TRABALHADOR

As transformações que ocorrem no mundo trabalho somadas a intensificação do ritmo da produção capitalista podem contribuir para o surgimento de diversos tipos de doenças socio-ocupacionais. Acrescenta-se às doenças relativas ao trabalho outros riscos de adoecimento e sofrimento, como o aumento da violência que permeia a vida social. Este capítulo pretende investigar – de forma abrangente – esse novo cenário e suas implicações na vida cotidiana da maioria da população. O capítulo foi elaborado em duas partes. Na primeira resgata algumas formas tradicionais de lazer e investiga como a especulação imobiliária provoca o deslocamento da diversão do trabalhador para os shoppings, entre outros espaços de consumo. Ainda, busca entender a relação que se dá entre as formas de diversão e a violência. Na segunda parte mostra que é nessa realidade complexa e adversa que o assistente social vai trabalhar. Por fim, indica que daí podem surgir novas possibilidades para transformar a realidade, através de políticas públicas que contemplem o lazer dos trabalhadores.

## 2.1 DIVERSÃO E VIOLÊNCIA: RELAÇÕES COMPLEXAS

A crise da década de 1970 também propiciou um reajustamento nas cidades como forma de se adequar a um novo reordenamento mundial promovido pelo grande capital. “As cidades passaram a ser administradas como negócios e para os negócios, tornaram-se verdadeiras máquinas de fazer dinheiro e produzir riquezas” (ARANTES, 2006, p.66). No entanto, as mudanças que vem ocorrendo nas cidades metropolitanas afetam sobretudo o lazer do trabalhador. Percebe-se que as áreas públicas de lazeres estão sendo invadidas pela lógica privatista do mercado através da especulação imobiliária. Alguns anos atrás, o trabalhador tinha muitas formas de se divertir na cidade. Havia nos bairros muitas praças e campos de futebol que ofertavam divertimento nos finais de semana praticamente sem custos. Porém, esses espaços foram sendo eliminados, um a um, para dar lugar a edifícios comerciais e shopping-centers. A burguesia imobiliária faz desaparecer os campinhos de futebol, praças, cinemas e espaços públicos de diversão. Assim, o lazer vira um grande negócio: os campinhos de futebol são substituídos por quadras fechadas e agora paga-se para jogar bola. O cinema do bairro muda para salas luxuosas de exibição em shopping-centers. Na praia paga-se por quase tudo, inclusive a cadeira para sentar. Harvey (1992) diz que o domínio do espaço é uma fonte fundamental de poder social sobre a vida cotidiana. “O especulador imobiliário que tem dinheiro para esperar enquanto controla o desenvolvimento dos espaços adjacentes está numa situação muito melhor para obter ganhos, do que alguém que não tenha poder em alguma dessas dimensões. Além disso, o dinheiro pode ser usado para dominar o tempo (o nosso ou o de outras pessoas) e o espaço” (HARVEY, 1992, p.207). O fato é que as formas tradicionais de lazeres como o bate-

papo na calçada, os campos de futebol de várzea, a praia, o cinema, o carnaval ou a pracinha do bairro, estão sendo deslocados para os shopping-centers, bares e botequins.

O consumo abusivo do álcool e outras drogas e suas consequências adversas é um tema de relevante preocupação, dado o número de usuários existentes e seu impacto sobre os indivíduos e a sociedade. Porém, este trabalho não vai entrar no mérito da questão do alcoolismo e outras drogas. O interesse aqui limita-se ao aspecto da violência de uma forma geral, que pode ocorrer em casa, na rua ou no trabalho e ter diversas origens. As violências<sup>33</sup> e os acidentes expressam-se com alto impacto no adoecimento e morte da população, especialmente na mortalidade precoce, na diminuição da expectativa e qualidade de vida de adolescentes, jovens e adultos. Quando a pessoa é agredida, internaliza o medo segundo um processo educativo repressor. Assim, todo tipo de iniciativa é inibida, mesmo a de denunciar o autor da agressão e buscar alternativas de mudança para sua vida. A ruptura com o autor de agressão leva tempo, pois se dá por um intenso trabalho de regaste dos valores pessoais agredidos. “A conquista de independência econômica e psicológica é um dos principais passos para a autonomia e libertação dessas pessoas do jugo da violência a que foram submetidas” (BRASIL, MS, 2008, p.14). No fundo, o fenômeno possui causas múltiplas, complexas e correlacionadas com determinantes sociais e econômicos: desemprego, baixa escolaridade, concentração de renda, exclusão social, entre outros, além de aspectos relacionados aos comportamentos e cultura, como o machismo, o racismo e a homofobia. A violência é responsável pela transformação nos hábitos e comportamentos sociais, na organização e leiautes das cidades. No passado, a violência urbana era observada, principalmente, nas

---

<sup>33</sup> Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Ipea/MPOG), o custo total com violências foi de 90 bilhões de reais no ano de 2004, o que representou 5% do PIB brasileiro (BRASIL, MS, 2008, p.10).

capitais, regiões metropolitanas e grandes municípios. Hoje, modificações em sua dinâmica refletem-se no fenômeno de sua “interiorização”: reproduz-se, no interior do país, a violência urbana antes reconhecida exclusivamente nas metrópoles. “A violência urbana reafirma a violência doméstica; e a violência doméstica, a urbana. Nessa dinâmica complexa e multicausal, os modos de vida têm papel determinante – e condicionante – na situação da violência social” (BRASIL, MS, 2008, p.10).

A carência de equipamentos de lazer e de espaços adequados para o entretenimento dos moradores da cidade, principalmente os que moram na periferia, tem favorecido o surgimento de fenômenos como o *rolezinho* que vem ocorrendo nos shopping-centers das grandes capitais: um tipo de encontro convocado pela internet que congrega centenas de jovens a comparecer em determinado shopping.

O movimento se tornou símbolo da ocupação de um ambiente tradicionalmente reservado à classe média. A repressão policial em resposta a esses movimentos, representa o medo das elites de ter seu espaço, historicamente baseado na desigualdade, ameaçado por setores que são sistematicamente excluídos desta realidade. “É preciso pensar o shopping também como um // *apartheid social*. Ele representa a desigualdade histórica do acesso aos bens de consumo” (CHEVALIER, 2014, p.8).

Emir Sader (2014) diz que na sua fase neoliberal, o capitalismo implementa, como nunca na sua história, a mercantilização de todos os espaços sociais. Multiplicam-se os chamados *não-lugares* – como os aeroportos, os hotéis, os shopping-centers. Os shoppings representam a ofensiva avassaladora contra os espaços públicos nas cidades, são o contraponto das praças públicas. “A instalação de um shopping redesenha o território urbano, redefinindo, do ponto de vista de classe, as zonas onde se concentra cada classe social. O centro – onde todas as classes circulavam – se deteriora, enquanto cada classe social se atrincheira nos seus bairros, com claras distinções de classe” (SADER, 2014, p.6). Os shoppings, como exemplos de não-lugares, são espaços que buscam eliminar características locais, em que desaparecem a cidade em que estão inseridos, o país, até mesmo o

povo. A conexão é com as marcas globalizadas, o sonho de consumo e objeto de desejo, que dominam os shopping-centers de outros lugares do mundo. Dessa forma, “desaparecem os produtos locais – gastronomia, artesanato -, substituídos pelas marcas globais, as mesmas em todos os shoppings, liquidando as diferenças, as particularidades de cada país e de cada povo, achatando as formas de consumo e de vida” (SADER, 2014, p.6). O shopping pretende substituir à própria cidade. Termina levando ao fechamento dos cinemas tradicionais das praças públicas, substituídos pelas dezenas de salas dos shoppings, que promovem a programação homogênea das grandes cadeias de distribuição. Segundo Sader (2014) o shopping-center é a utopia do neoliberalismo, um espaço em que tudo é mercadoria, tudo tem preço, tudo se vende, tudo se compra. Aos shoppings interessa somente os consumidores. Os cidadãos, desaparecem junto com os espaços públicos. Sader (2014) compara os shoppings com uma cápsula onde nos sentimos seguros. “A insegurança nas cidades, o mau tempo, a contaminação, o trânsito, encontra refúgio nessa cápsula, que nos abriga de todos os riscos. Quase já se pode nascer e morrer num shopping – só faltam a maternidade e o cemitério, porque hotéis já existem”. E continua dizendo,

a utopia – sem pobres, sem ruídos, sem calçadas esburacadas, sem meninos pobres vendendo chicletes nas esquinas ou pedindo esmolas, sem trombadinhas, sem flanelinhas. O mundo do consumo, reservado para poucos, é o reino absoluto do mercado, que determina tudo, não apenas quem tem direito de acesso, mas a distribuição das lojas, os espaços obrigatórios para que se possa circular, tudo comandado pelo consumo (SADER, 2014, p.6).

O autor revela que para que essas cápsulas ideais existam, é necessário a super exploração dos trabalhadores – crianças, adultos, idosos – nas oficinas clandestinas com trabalhadores paraguaios e bolivianos em São Paulo e em Buenos Aires, em Bangladesh e na Indonésia, que produzem para que as grandes marcas exibam as roupas e os tênis luxuosos em suas belíssimas lojas dos shoppings. O

choque entre o mundo dos shoppings e o dos espaços públicos remanescentes – praças, espaços culturais, os clubes esportivos públicos – é a luta entre a esfera mercantil e a esfera pública, entre o mundo dos consumidores e o mundo dos cidadãos, entre o reino do mercado e a esfera da cidadania, entre o poder de consumo e o direito de todos (SADER, 2014). Dejours (1999) diz que por trás da vitrine, há o sofrimento dos que trabalham. Muitos assumem inúmeras tarefas arriscadas para a saúde e por vezes mesmo agravadas por frequentes infrações das leis trabalhistas. Enfim, por trás das vitrines, há o sofrimento dos que temem não satisfazer, não estar a altura das imposições da organização do trabalho: imposições de horário, de ritmo, de formação, de informação, de aprendizagem, de nível de instrução e de diploma, de experiência, de rapidez de aquisição de conhecimentos teóricos e práticos (Dessors & Torrente, 1999 *apud* DEJOURS, 1999, p.27) e de adaptação a "cultura" ou a ideologia da empresa, as exigências do mercado, as relações com os clientes, os particulares ou o público, entre outras imposições.

A falta de espaços apropriados para o lazer tem levado muita gente a buscar no mundo virtual a sua diversão. Hoje em dia, com um celular ou *smartphone* é possível acessar um mundo de informações e jogos de todos os tipos. O mercado de telefonia móvel levou o Brasil a tornar-se um campeão mundial em venda de celulares. Hoje, existem mais celulares do que habitantes no país. O indivíduo, praticamente, sem opção de lazer no mundo real, vai se conectar na rede e navegar em um mundo de fantasia, onde ele pode ser tudo o que imaginar. O curioso é que muitas pessoas transferem para uma imagem feita de pixel, tudo aquilo que gostariam de ser na vida real. Um exemplo é o *avatar*<sup>34</sup>. Em alguns jogos, o indivíduo pode comprar mercadorias e acessórios virtuais para o avatar, pagando

---

<sup>34</sup> Uma representação pictórica de si mesmo que o internauta usa em ambientes virtuais.



em moeda “real”. Mas se o usuário quiser pode pagar com a moeda virtual chamada Bitcoin<sup>35</sup> (BTC). A moeda já existe em vários países: Estados Unidos, Canada, Japão e inclusive no Brasil. A Bitcoin é negociada em lojas, bares e caixas eletrônicos. Atualmente é usada por mais de 120 mil pessoas. A moeda atingiu a cotação de US\$ 1,203 (Hum mil e duzentos e três dólares) no final de 2013 e em Abril de 2014, 1 BTC estava valendo US\$ 831 (Oitocentos e trinta e um dólares). Existem muitos negócios sendo realizados na rede com a moeda virtual. Tem pessoas vendendo e comprando de tudo, inclusive carros e apartamentos. O fato é que negócios e mais negócios estão sendo realizados com uma moeda que nem mesmo existe na vida real. As transações financeiras chegaram a um volume que o Banco Central do Brasil está acompanhando os negócios realizados na rede com o Bitcoin, pois essa prática pode tomar proporções inimagináveis, daí toda a preocupação (<http://tecnoblog.net/151183/valor-bitcoin-despenca-roubo-falha-mtgox/>). Existem no ciberespaço inúmeras possibilidades de subversão da lógica do valor de troca. “É claro que, tendo em vista que o desenvolvimento do ciberespaço ocorre sob a vigência do capital financeiro, a sua estrutura midiática tende a incorporar novos potenciais de fetichização, intrínsecos à forma-dinheiro” (ALVES, 1999, p.181).

A explosão da multimídia decorre de uma grande onda de fundo tecnológico que atinge a esfera da comunicação. Dados, textos, imagens, sons, mensagens de todos os tipos são digitalizados e, cada vez mais, diretamente produzidos sob forma digital. Por outra parte, os instrumentos de tratamento automático – e cibernético – da informação aplicam-se cada vez mais a essas mensagens (ALVES, 1999, p.181).

Observa-se que muitas pessoas dedicam seu tempo em ambientes e cenários virtuais. É indiscutível os aspectos positivos e úteis dos novos instrumentos. Porém, essas novas práticas alteram o modo de vida e das relações sociais. Existem

---

<sup>35</sup> Uma moeda que só existe na net, sem a intermediação e o controle de nenhuma instituição financeira. O funcionamento é simples: o internauta cria uma conta e troca por Bitcoins, seus reais, dólares ou a moeda de seu país, em casas de câmbios que aceitam a troca.

situações<sup>36</sup> em que elas preferem se comunicar por rede social do que pessoalmente. Os chamados *gadgets* - celulares, ipads, tablets, smartphones – assim como, os computadores e notebooks, são os instrumentos que transportam as pessoas para um mundo virtual e de aparências – simulacro da realidade. A adesão é significativa. Milhões de pessoas de todas as idades e classes sociais estão conectadas e trocam milhões de mensagens a toda hora. Existem tribos indígenas na Amazônia que utilizam esses equipamentos e estão conectadas com o mundo todo, de dentro da oca onde vivem. Todo mundo está ligado. Alguns pais utilizam os ipads para acalmar crianças desde os primeiros anos de vida. A popularização das salas de bate-papos no ciberespaço, denominadas *chats*, é exemplo notório das novas possibilidades de relacionamentos na Internet. Constituem-se novas percepções da comunicação humano-social. “Nas salas de bate-papo que permeiam o ciberespaço, através dos *chats*, as subjetividades estranhadas tendem a ir além das suas incapacidades, destilando suas fantasias, projetando seus desejos, muitos deles inconscientes, e ocultando-se através de um *nick name* prosaico e singular” (ALVES, 1999, p.178).

---

<sup>36</sup> Muitas vezes, as pessoas estão no mesmo ambiente mas mesmo assim, preferem se comunicar por aparelho. O fenômeno é satirizado até em quadro humorístico de televisão. Exemplo é uma esquete do programa “Zorra Total”, onde duas amigas sentadas, lado a lado, se comunicam pelo celular (<http://gshow.globo.com/programas/zorra-total>).

## 2.2 EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: DESAFIOS PARA O ASSISTENTE SOCIAL

As cidades tornaram-se verdadeiros laboratórios das expressões da questão social. Verifica-se uma precarização das condições de vida e de trabalho da maioria das pessoas. Há uma intensificação dos problemas sociais e seus desdobramentos são percebidos por todos os lados. É sabido que a sociedade burguesa valoriza as qualidades individuais e procura retirar da sociedade e do relacionamento humano a responsabilidade sobre o sofrimento. Serrano (1983) diz que a sociedade burguesa não assume suas deficiências. Nega suas contradições. Nega que ela é o palco de relacionamentos muito ruins e que origina o sofrimento. “Procura fazer crer que o sofrimento mental, por exemplo, vem do corpo, originado por problemas hereditários ou acontecidos por acaso. Nessa lógica, os relacionamentos dentro da família, da escola e da sociedade não precisam ser mudados” (SERRANO, 1983, p.25-6).

As violências – expressões da questão social – formam a realidade complexa, na qual o assistente social vai atuar. Iamamoto (2011) diz que o Serviço Social tem na questão social a base de seu surgimento como especialização do trabalho. Questão social entendida como as expressões das desigualdades da sociedade capitalista. Os assistentes sociais trabalham no dia a dia com os problemas enfrentados pelos indivíduos no trabalho, na família, na saúde, na habitação, na assistência social pública, etc.

*Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem,*

*na atualidade, as desigualdades sociais - sua produção e reprodução ampliada quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida.*  
(IAMAMOTO, 2011, p.28)

Os assistentes sociais estão desafiados a dar conta de uma dinâmica complexa que se desenha, principalmente a partir dos anos 90, no caso brasileiro. É uma oportunidade para decifrar as múltiplas expressões da questão social, suas origens e as novas características que assume na contemporaneidade. As violências doméstica e no trânsito, entre muitas outras, podem e devem ser enfrentadas, embora sabemos que o assistente social está limitado a um contexto mais amplo. Acreditamos que as políticas públicas na área de lazer podem contribuir na prevenção ao abuso de álcool e outras drogas, na medida em que os ambientes e equipamentos de lazer propiciam o alívio das tensões assimiladas no trabalho e no ambiente urbano. Iamamoto (2011) diz que “apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e re-invenção da vida construída no cotidiano dos segmentos da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência. Pois, é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está nascendo” (IAMAMOTO, 2011, p.28). Novas possibilidades de trabalho se apresentam no cotidiano profissional e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas. “Se os assistentes sociais não o fizerem, outras profissões farão, tirando assim, a oportunidade dos assistentes sociais ocuparem espaços importantes para eles reservados” (IAMAMOTO, 2011, p.48). Os novos tempos exige um profissional qualificado para lutar por direitos e sobretudo viabilizar, criar e implantar políticas públicas que sejam universais e contemplem quem realmente precisa. Iamamoto (2011) diz ainda,

exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. O exercício profissional dos assistentes sociais tem ampliadas as possibilidades de novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto

em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 2011, p.49).

Os assistentes sociais vão atuar em um mundo complexo e com sua prática profissional profundamente condicionada pelas relações entre Estado e Sociedade Civil ou seja, pelas relações entre as classes sociais. Nesse sentido, “pensar o Serviço Social na contemporaneidade”, segundo lamamoto, “requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação”. O Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade (IAMAMOTO e CARVALHO, 1995, p.94).

Suguihiro (1998) diz que “as práticas cotidianas fundamentadas em um olhar crítico – a partir de uma dinâmica de investigações e discussões – possibilita revelar uma riqueza escondida sob a banalidade das ações e da pobreza aparente das atividades rotineiras” (SUGUIHIRO, 1998, p.31). Por isso, o acompanhamento dos processos sociais e a pesquisa da realidade social passam a ser vistos como elementos fundamentais do exercício profissional. As atividades dos assistentes sociais estão intimamente associadas à sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política. Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais. É no dia a dia da prática profissional que estão colocadas as *possibilidades* nem sempre claramente explicitadas, precisando, portanto serem percebidas e apreendidas pelo assistente social. Assim, o desafio está em apreender e desvelar os limites e as possibilidades potenciais presentes na dinâmica da vida cotidiana profissional. Pois é através de uma ação investigativa que é possível capturar as suas determinações e seus nexos em um estudo reiterado e crítico da realidade social. “A perspectiva investigativa na ação é uma exigência

básica da profissão e não mais algo opcional. A ação investigativa permite romper com as práticas puramente descritivas de cunho factual, reducionista, ingênua e acrítica” (SUGUIHIRO, 1998, p.32). Para tanto, enfrentar esse desafio é necessário contar com uma ação investigativa que esteja comprometida com a prática, de forma a garantir um nível de reflexão que apreenda o real imediato com suas contradições, mas também o que está oculto. “É uma nova forma de olhar, sendo que o novo não significa necessariamente *outro*, mas produto de um *novo olhar* lançado sobre coisas já vivenciadas” (SUGUIHIRO, 1998, p.29). Por sua vez, lamamoto (2011) diz que “é preciso entender que a ação criadora do assistente social deve se submeter às exigências impostas da instituição à qual trabalha, seguindo as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da instituição” (IAMAMOTO, 2011, p.97).

É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações. Seu trabalho situa-se predominantemente no campo político-ideológico. O assistente social é requerido para exercer funções de controle social e de reprodução da ideologia dominante junto aos segmentos subalternos, sendo seu campo de trabalho atravessado por tensões e interesses de classes. “A possibilidade de redirecionar o sentido de suas ações para rumos sociais distintos daqueles esperados por seus empregadores deriva do próprio aspecto contraditório das relações sociais que formam a sociedade burguesa. Daí o caráter político do trabalho do assistente social” (IAMAMOTO, 2011, p.97-8).

Conforme Leandro Konder (2009), as coisas não chegaram à situação em que estão por mero acaso: a ordem em que se acham dispostas corresponde a interesses poderosos, resulta da ação desses interesses. “Para modificá-la, por conseguinte, é preciso enfrentar os interesses, agir, lutar contra eles. São eles que promovem a estratificação da ordem e se acumpliciam com o peso do passado, em oposição à mudança” (KONDER, 2009, p.73). A dimensão política presente no exercício profissional é que abre possibilidade de alterar a realidade. Porém, o fato

de poder fazer, não significa querer fazer<sup>37</sup>. A práxis criadora, o novo, a mudança, estão postos no cotidiano das práticas como uma *possibilidade*, mas a sua realização implica em um exercício consciente de vontade dos profissionais. “Escolher, entre as alternativas, os fins e os meios para a efetivação da ação é exclusivo do ser social. Portanto, no trabalho, o homem exercita sua liberdade no sentido de uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas” (LUKÁCS, 2004 *apud* SANTOS, 2006, p.179), ou seja, a questão da liberdade é posta em termos do homem escolher entre querer ou não transformar a realidade. Por isso, o assistente social contemporâneo, deve considerar uma concepção que vê a realidade e os sujeitos sociais que a constituem e por ela são constituídos como unidades dialéticas, exigindo assim, uma nova forma de olhar, tratar e utilizar os instrumentais. Nesse sentido, é preciso analisar com profundidade as contradições que se ocultam ou se fetichizam na realidade.

Para realizar a intervenção na realidade social, o assistente social utiliza um instrumental – um conjunto articulado de instrumentos e técnicas – que permitem a operacionalização da ação profissional. Os instrumentos são concebidos em sintonia com as finalidades da ação profissional, contribuindo com a passagem da finalidade ideal – âmbito da teoria – à finalidade real – âmbito da prática (Santos, 2006). Em outras palavras, é a passagem do reino da possibilidade ao reino da efetividade, através de alternativas. Escolher alternativas, entre as muitas de fato possíveis em cada situação concreta, transformando em ato a mera potencialidade. Essas alternativas são dadas através da observação e da experiência na vida e na prática profissional do assistente social (LESSA, 2002 *apud* SANTOS, 2006, p.175). As

---

<sup>37</sup> É importante lembrar que o homem mesmo sendo capaz de agir com consciência, nem sempre o faz (SANTOS, 2006, p.183).

escolhas implicam processos valorativos: avaliam coisas, pessoas, ações, acontecimentos, sentimentos, intenções e decisões como bons ou maus, desejáveis ou indesejáveis. Enunciam normas que determinam o *dever ser* de nossos sentimentos, nossos atos, nossos comportamentos, segundo o critério do correto e do incorreto (CHAUI, 2004).

Esses valores variam no tempo e no espaço, conforme se observa na história das civilizações. Os comportamentos ético-morais se materializam no cotidiano por intermédio das escolhas de valores e das implicações ético-políticas da ação profissional. A moral, na sociedade capitalista, possui uma função ideológica. Suas escolhas podem estar voltadas tanto para a dominação quanto vinculadas à liberdade. Ao se escolher um fim, devemos refletir sobre os valores que estão *colados* nesta escolha, para que haja uma escolha consciente e coerente com o referencial teórico utilizado no conhecimento dos meios necessários à ação. Pois, a escolha das finalidades implica uma decisão entre projetos diferentes e isso se caracteriza como uma decisão política (SANTOS, 2006, p.185).

O instrumento é sempre orientado por um determinado conhecimento, uma teoria social, ou seja, é sempre utilizado intencionalmente. É meio de efetivar uma finalidade, por isso a escolha dos instrumentos não é neutra. Os instrumentos estão relacionados às diversas intencionalidades: à intencionalidade da profissão, do profissional, da instituição e da população que procura o serviço social. A escolha do instrumento<sup>38</sup> cumpre, além de uma função técnica e operacional, uma função política e ideológica. Ainda, mais do que isso, o aspecto financeiro torna-se decisivo no atual contexto. Existem claras contradições entre as políticas públicas em saúde mental e as políticas neoliberais do Estado brasileiro, contradições que causam impacto na atuação dos assistentes sociais. Bisneto (2013) diz que “é muito contraditório pretender que o profissional de serviço social que participa de equipes multidisciplinares em saúde mental consolide os direitos sociais dos pacientes

---

<sup>38</sup> Ao escolher os instrumentos de intervenção, como por exemplo, a entrevista, a visita domiciliar, a reunião de grupo ou o parecer técnico, entre outros, o profissional deve levar em consideração as condições objetivas do trabalho, as finalidades da instituição, bem como pensar sobre a demanda, sua funcionalidade frente à realidade em que a população está inserida, as habilidades necessárias ao seu manuseio e seu compromisso ético-político (SANTOS, 2010).



quando os governos seguem políticas neoliberais que restringem e dificultam o acesso das pessoas a esses mesmos direitos” (BISNETO, 2013, p.183).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao considerar o que foi exposto, chega-se a conclusão de que a saúde do trabalhador urbano merece cuidados. A maioria da população mora na periferia e esta é, precisamente, a área mais esquecida da cidade. Seus moradores são os que mais sofrem com os problemas urbanos: longa distância para o trabalho, transporte público deficiente, falta de moradias, creches e escolas e de infraestrutura de saneamento básico. Falta de aparelhos de lazer e de políticas públicas efetivas que amenizem a exploração do trabalho. Salvo algumas exceções, a maioria dos moradores desses bairros vive um quadro de pobreza e exclusão, sem ter seus direitos respeitados como cidadãos. No entanto, existem alguns bons exemplos como no Rio de Janeiro: o piscinão de Ramos e o parque de Madureira são algumas iniciativas do governo municipal para atender a população da Baixada Fluminense. Outro programa interessante é a Academia da Saúde, criado em 2011. O programa tem como objetivo promover a saúde da população a partir de polos com infraestrutura, equipamentos e pessoal qualificado. Porém, os polos ainda não atendem a demanda de forma satisfatória. Sem dúvida, houve conquistas e percebe-se o quanto progredimos em relação a um passado não muito distante. Mas isso ainda é muito pouco para uma cidade pretensamente *olímpica* que objetiva estimular o esporte e formar atletas para 2016. Se consideramos o texto da Constituição, artigo 196, que estabelece à saúde como direito do cidadão e dever do Estado e que "ao Sistema Único de Saúde compete executar as ações de promoção de saúde do trabalhador", vemos que estamos ainda muito distante de uma política social

universal, uma vez que na prática, a saúde do trabalhador está nas mãos de patrões e capitalistas da indústria farmacêutica.

No âmbito do trabalho, os programas e ações instituídos buscam reduzir os “acidentes de trabalho”, culpabilizando o trabalhador e não cumprindo ações relativas à saúde, inclusive a saúde mental de forma efetiva e preventiva. O que se espera dos órgãos fiscalizadores do governo é que cumpram suas atribuições de fiscalizar e que realmente trabalhem articulados para eliminar ou pelo menos, atenuar o abuso, o *bullying*, o assédio moral, as cobranças de metas que extrapolam o bom senso e que ocorrem sistematicamente no ambiente de trabalho e são causas de instabilidade emocional, contribuindo assim para o surgimento do estresse e muitas vezes, de adoecimento mental do trabalhador. É claro, que outras mediações devem ser consideradas na discussão referente a relação trabalho-saúde. Deve-se levar em conta, por exemplo, o contexto onde ocorre o fenômeno e as forças que atuam em determinada sociedade.

No entanto o desafio para todos é como manter plena saúde mental, em um mundo *aparentemente* desconexo, caótico e complexificado. Mas que é – curiosamente – muito bem controlado pelas forças monopolistas. Conforme dados do governo vinte milhões de pessoas precisam de tratamento mental. Esse número representa quase a metade da quantidade total de trabalhadores no país. A pergunta que se coloca é: Por que tantas pessoas tem sofrimento mental? A resposta para essa questão, talvez se encontra em um debate mais amplo, entre capital e trabalho, acumulação capitalista e taxa de mais valia, como visto no primeiro capítulo deste TCC. Apesar dos avanços e das políticas sociais promovidas no país, não se pode desconsiderar os interesses do governo brasileiro e seu comprometimento com as elites dominantes em um contexto de mundialização da economia. Percebe-se que a

fiscalização da legislação atual, não atende a realidade dos trabalhadores brasileiros. Se considerarmos o movimento do capital e as diretrizes neoliberais de um Estado mínimo para os trabalhadores, vemos que ainda temos muita luta pela frente para a garantia dos direitos e do cumprimento das prerrogativas da Reforma Sanitária garantidas pelo SUS.

O caso “Severino” é um exemplo do que acontece diariamente em nosso país. Um contingente de trabalhadores desprotegidos, ignorados pelas empresas e pelo próprio governo, muitas vezes, sem direito à assistência e ao controle de sua saúde ou sem o reconhecimento da condição de cidadão adoecido. A pressão para o cumprimento de metas, entre outras formas de *cobranças*, tem levado muitos indivíduos a quadros doentios. Sem dúvida, esse é um dos grandes desafios para a investigação e intervenção no âmbito da saúde do trabalhador por todos os assistentes sociais. Certamente, esses profissionais têm um papel importante a cumprir nesse processo. A Constituição garante à população organizada o direito de participar na gestão das políticas sociais. Nesse sentido, os Fóruns e Conselhos são espaços privilegiados para o debate, onde o controle público deve ser efetivado, no sentido de cobrar das autoridades e acompanhar o planejamento e implantação de políticas públicas que beneficiem os moradores. A importância desses espaços dá-se por ser instrumentos de articulação da sociedade civil na defesa da assistência social como política pública e por ser um local de luta e resistência da população. Nesse sentido, esses espaços são muito importantes para a formação dos futuros assistentes sociais. Participar de Fóruns e Conselhos pode ser uma prática fundante dos cursos de Serviço Social, além do estágio obrigatório.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital**. A nova degradação do trabalho na era da globalização. 2ª ed. Londrina: Praxis, 1999, p. 169-183

ALVES, Giovanni e ANTUNES, Ricardo. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação & Sociedade, vol. 25 nº.87, p.335-51 – Maio de 2004. Disponível em [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)

ANDERSON, Perry. **Balço do Neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1999

ANTUNES, Ricardo. **A crise, o desemprego e alguns desafios atuais**. In: Serviço Social & Sociedade, nº.104, p.632-636, out/dez 2010

ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (Orgs.) **Infoproletários: Degradação real do trabalho virtual**. São Paulo. Boitempo, 2009

ARANTES, Pedro Fiori. **O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. São Paulo, nº 20, p. 60-74, Dez 2006  
Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43485>  
Acessado em Nov 2014

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em: [http://dc500.4shared.com/doc/g\\_TRYual/preview.html](http://dc500.4shared.com/doc/g_TRYual/preview.html) - Acesso em: set de 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti. **As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital.** In BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.01-18

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e atuação na Reforma Psiquiátrica.** In: NICACIO, Erimaldo Matias e BISNETO, José Augusto (orgs). *A prática do assistente social na saúde mental*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013

BRAGA, Ruy. **A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo.** In: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (Orgs.) **Infoproletários: Degradação real do trabalho virtual.** São Paulo. Boitempo, 2009, p. 59-88

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** Documento apresentado à *Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas*. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Temático Prevenção de Violência e Cultura de Paz II. - Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. *Painel de indicadores do SUS*, nº.5, 2008

CARDOSO, Fernando Henrique. **Apresentação.** In: **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado** (PDRE). Brasília: Imprensa Nacional, novembro de 1995. Disponível em: [www.bresserpereira.org.br/papers/1997/95-reformaDosAnos90.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/1997/95-reformaDosAnos90.pdf) Acesso em: novembro de 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** 13ª ed. São Paulo: Ática, 2004

CHEVALIER, Henri. **Rolezinho da periferia é legítima ocupação do espaço pelos jovens.** *Jornal do SINTUFRJ*, Rio de Janeiro, nº.1061 – 27 de janeiro de 2014, p.08. Disponível em [www.sintufrj.org.br](http://www.sintufrj.org.br)

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: [www.scielosp.org/pdf/csp/v21n3/39.pdf](http://www.scielosp.org/pdf/csp/v21n3/39.pdf)

FERRER, Walkiria Martinez. **O Brasil na década de 1990: o início do processo de inserção no mercado mundial.** Publicado em 2012. Disponível em: [www.derechoycambiosocial.com](http://www.derechoycambiosocial.com) - ISSN: 2224-4131 – Depósito legal: 2005-5822. Acessado em 2014

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** In Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9 - Disponível em:  
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>

GRANEMANN, Sara. **Política Social e Serviço Social.** In: CAVALCANTI, Ludmila Fontenele e REZENDE, Ilma (orgs.). *Serviço Social e Políticas Sociais.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 11-24.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** São Paulo. Loyola, 1992

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2011

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1995

KONDER, Leandro. **A importância do passado.** In: O marxismo na batalha das ideias. Expressão Popular: São Paulo, 2009

LACAZ, Francisco Antonio de Castro.  
**O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde.** Rio de Janeiro: Cad. Saúde Públ, 23(4): 757-766, abr, 2007. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

LEAL, Aline. **Consumo de álcool no Brasil supera média mundial, segundo OMS.** Agenciabrasil. Disponível em:  
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/consumo-de-alcool-no-brasil-supera-media-mundial>. Acesso em Dezembro 2014

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista** (1848)  
Disponível em:  
[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2273](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2273) - Acessado em 14 Nov 2014

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. In: O Manifesto Comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. Texto: 09-41

MINAYO-GOMEZ, Carlos e THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. **A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Públ, 13 (Supl. 2): 21-32, 1997  
Disponível em: [www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1361.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1361.pdf)

MONTENEGRO, David Moreno. **Reestruturação produtiva, neoliberalismo e crise: precarização do trabalho e informalidade no Brasil**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFM, 2007, p.1-8

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-1964**. São Paulo: Cortez, 1991

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. **A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica**. In: Revista Urutágua-DCS/UEM. *Sem local*, Ano 49, número 24, Mai/Jun/Jul/Ago/ 2011, p.132-146  
Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/issue/view/536>  
Acesso em: set de 2014

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil**. In: Revista do Serviço Público. *Sem local*, Ano 49, número 1, Jan-Mar, 1998, p.05-35

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser *et al.* MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado** (PDRE). Brasília: Imprensa Nacional, novembro de 1995. Disponível em: [http://www.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task](http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task). Acessado em: set de 2014

PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO (PDRE). Brasília: Imprensa Nacional, nov. 1995

REZENDE, Ilma e CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (orgs.) **Serviço Social e Políticas Sociais**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009

SADER, Emir. **Os shopping-centers, utopia neoliberal**. Rio de Janeiro: Bafafá, Rio de Janeiro, nº. 101, janeiro 2014, p.6 (Disponível em: [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br))

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Os instrumentos e Técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p.170-193

SERRANO, Alan Indio. **O que é Psiquiatria alternativa**. *Coleção Primeiros Passos*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. *In: Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização*. SADER, Emir (org.) Rio de Janeiro: Record, 2003

SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko. **A ação investigativa na prática cotidiana do assistente social**. *In: Serviço Social em Revista / publicação do Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina*. – Vol. 1, nº. 1 (Jul./Dez. 1998) – Londrina : Ed. UEL, 1998

TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Política de previdência social**. *In: REZENDE, Ilma e CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (orgs.) Serviço Social e Políticas Sociais*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009

TUMOLO, Paulo Sergio. **Reestruturação produtiva no Brasil**: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. *Educação & Sociedade*, ano XXII, nº.77 – Dezembro de 2001. Disponível em: <http://cevs.org.br/biblioteca/educacao-sociedade-2001-n77-v22/>. Acessado em: agosto de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Informação e Bibliotecas. Manual para elaboração e normalização de trabalhos de conclusão de curso. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [http://www.sibi.ufrj.br/manual\\_teses.pdf](http://www.sibi.ufrj.br/manual_teses.pdf). Acessado em: fevereiro, 2013.



## **ANEXOS**

## **Anexo 1**

### **AUTORIZAÇÃO**

Eu, Sergio Lourenço Pereira, DRE 106035169, autorizo a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar, total ou parcialmente, o presente Trabalho de Conclusão de Curso, através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do S/BI.

Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 2015.

*Sergio Lourenço Pereira*